

Acção Socialista



N.º 1325 7 Abril 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTAS



FRANCISCO RAMOS, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA SAÚDE
“POLÍTICA DO MEDICAMENTO TEM
COMO OBJECTIVO MAIOR ACESSO
DOS CIDADÃOS AOS FÁRMACOS”

7

João Proença, secretário-geral da UGT

“Defender
o emprego
e a justiça
social”



A defesa de um “sindicalismo de proposição e acção”, tendo como primeira prioridade a “necessidade de vencer a crise e defender o emprego, com solidariedade e justiça social” é a principal linha de rumo que vai marcar os novos mandatos de João Proença à frente dos destinos da UGT e da Tendência Sindical Socialista daquela central. Em entrevista ao “Acção

Socialista”, João Proença elogia as “reformas importantes” levadas a cabo pelo Governo, nomeadamente o novo Código Laboral, que “defende melhor os trabalhadores”, e salienta que “os sindicatos são cada vez mais necessários e parte fundamental de uma democracia política, que é também uma democracia participativa”.

Centrais

AUTÁRQUICAS 2009

Alcides Branco, candidato a Santa Maria da Feira

“Com o PS
o emprego é
uma realidade
no sector da
cortiça”



19

Rui Vaz, candidato a Macedo de Cavaleiros

“Esta é a
oportunidade
para o concelho
retomar o
ciclo de
desenvolvimento”



3

EUROPEIAS 2009

Vital Moreira em pré-campanha
Eleições de Junho

são as mais
importantes
de sempre



20

Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa,
Bruno Veloso, Luís
Miguel Ferreira,
João Sequeira, Rui
Lourenço, Miguel
Freitas e Carlos Zorrinho

Fórum

Novas
Fronteiras



NÓS, EUROPEUS

“Novas Fronteiras - Nós, Europeus”

18 de Abril de 2009

Sábado, às 15:30h

Sala Tejo - Parque das Nações
Lisboa

Com a presença de
VITAL MOREIRA e JOSÉ SóCRATES

SESSÃO PÚBLICA - PARTICIPE

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

A lista, afinal, só será rejeitada definitivamente, se não for possível, ao menos, perfazer o número legal dos efectivos.

AUTÁRQUICAS 2009 LISTAS INCOMPLETAS VÁLIDAS?

NA ÚLTIMA crónica avisámos que os suplentes também podem servir antes da eleição.

Assim é, na verdade, porque eles podem vir a ser chamados para completar listas em que alguns candidatos (ou candidatas a candidatos) sejam rejeitados.

O curioso é que os suplentes são obrigatórios e só as listas completas podem ser admitidas, mas no fim das contas também se pode ir às eleições com listas incompletas.

Vejamos como.

As listas são apresentadas no Tribunal contendo os efectivos e o mínimo de suplentes.

É claro que os candidatos apresentados podem sofrer de qualquer situação que leve o tribunal a não os aceitar.

Por isso, está previsto que o tribunal notifique o mandatário para substituir os candidatos rejeitados por outros, e, assim, completar a lista.

Mas o mandatário pode não estar de acordo com a posição do tribunal. Neste caso pode contestar.

Ao fazer essa contestação ele tem a faculdade de, à cautela, indicar logo outros nomes para que possam vir a ocupar os lugares dos rejeitados, mas apenas para o caso de vir a perder a contestação.

Contudo, mesmo que não sejam apresentados esses substitutos cautelares, será sempre dada a possibilidade de serem substituídos os candidatos rejeitados, em definitivo, pelo tribunal.

Mas, se o mandatário não indicar possíveis substitutos de cautela, nem vier depois a propor outros nomes, para os lugares em aberto, a lei ainda enseja uma terceira e última hipótese: o reajuste da lista, por decisão vinculada do juiz, subindo os demais candidatos, que sobram como válidos, pela ordem de precedência em que estejam.

E este mecanismo pode operar até ao limite do esgotamento da totalidade dos suplentes.

A lista, afinal, só será rejeitada definitivamente, se não for possível, ao menos, perfazer o número legal dos efectivos.

Assim se vê como os suplentes, portanto, também são importantes e podem ter uma missão a desempenhar antes da eleição.

Assim se vê, também, como podem ser aceites listas de candidatura aos órgãos das autarquias locais sem o número mínimo de candidatas.

E, assim se vê como, afinal, podem concorrer listas sem conterem suplentes. Apenas e só com os efectivos.

Ao fim e ao cabo, por via de uma lógica, ínsita no regime eleitoral, de aproveitamento das candidaturas ao máximo e de facilitação da concorrência e da participação democrática e cívica.

Sócrates repudia gravação difamatória divulgada pela TVI

AS AFIRMAÇÕES contidas na gravação divulgada pela TVI na qual se procurava envolver o nome de José Sócrates no chamado caso Freeport são “completamente falsas, inventadas e injuriosas”.

A garantia é dada pelo próprio secretário-geral do PS e primeiro-ministro num comunicado datado de 27 de Março, onde também adianta ter dado orientações ao seu advogado para que este aja judicialmente “contra os autores desta difamação”.

“No que me diz respeito, essas afirmações são completamente falsas, inventadas e injuriosas”, escreve José Sócrates, reafirmando de seguida que não conhece Charles Smith, “nem nenhum dos promotores



do empreendimento Freeport”.

“Quero repudiar, com veemência, todas as refe-

rências que procuram envolver-me, directa ou indirectamente, em qualquer comportamento ilícito, ou

menos próprio, a propósito do caso Freeport”, refere ainda o comunicado assinado por Sócrates. **M.R.**

Governo não pressiona magistrados

ALBERTO Costa reagiu com indignação à notícia do semanário “Sol”, que na sua edição de 4 de Abril o acusa de ter pressionado, através de Lopes da Mota, que preside ao Eurojust, os dois magistrados do Ministério Público responsáveis pela investigação do chamado caso Freeport.

O ministro da Justiça garante que “o Governo não faz nem fez quaisquer pressões sobre magistrados”,



quer em relação a este caso, como em “relação a qualquer outro processo”.

O Governo, afirma Alberto Costa, não tem por hábito andar a fazer pressões junto dos magistrados, “nem directamente nem por interposta pessoa”, sendo por isso “fantasiosas as afirmações em contrário”.

Perante as acusações falsas e despropositadas de que foi alvo, Alberto Costa anunciou que vai proceder judi-

cialmente contra o referido semanário.

Entretanto, e com o objecto de apurar responsabilidades, também o Conselho Superior do Ministério Público deliberou por unanimidade abrir um inquérito para esclarecimento dos factos e aferir da consistência das afirmações relacionadas com as alegadas pressões sobre os magistrados que dirigem a investigação do caso Freeport. **R.S.A.**

Vieira da Silva reuniu com militantes da Guarda

O PS/GUARDA realizou no Paço da Cultura daquela cidade serrana um encontro que reuniu muitos militantes e simpatizantes, ao qual compareceram também diversos dirigentes nacionais do PS, como o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, a secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, e Pedro Marques, secretário de Estado da Segurança Social.

Um dos temas mais debatidos centrou-se nos problemas motivados pela crise económica e financeira internacional nas famílias e empresas e seus reflexos no país e na



região em particular.

Este plenário de militantes do PS foi ainda pretexto para se analisar as medidas que o Governo está a tomar para fazer face e escutar as várias opiniões dos militantes, uma vez que o PS, como

foi sublinhado, “é um partido plural, onde a opinião de todos conta”.

No encontro marcou ainda presença Joaquim Pina Moura, ex-ministro do Governo de António Guterres, que abordou igualmente

o tema da crise mundial, dando sobre o assunto algumas pistas para melhor a torner.

Opinando que o prazo para se ultrapassar a crise mundial “ainda não tem data marcada”, sublinhou, no entanto, que “melhores dias virão em termos económicos mundiais”, culpando o excesso da oferta, com a consequente diminuição da procura, “como o principal causador da crise que assola o mundo”.

Os militantes interpelaram os dirigentes presentes sobre outras questões, nomeadamente as relacionadas com as temáticas do Trabalho e da Segurança Social. **R.S.A.**

Rui Vaz, candidato à Câmara de Macedo de Cavaleiros

“Esta é a oportunidade para o concelho retomar o ciclo de desenvolvimento”

Uma liderança “enérgica, combativa e inconformada” é o que promete Rui Vaz à frente dos destinos de Macedo de Cavaleiros, referindo que nas próximas autárquicas com uma vitória do PS o concelho tem a oportunidade de “retomar o ciclo de dinamismo e desenvolvimento”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Rui Vaz considera que “estes sete anos e meio de gestão PSD foram uma tragédia para o concelho” e sublinha que o actual Governo “foi o que mais investimento realizou no distrito de Bragança, desde a rede viária, às escolas, passando pela saúde e pelo urbanismo”.

Com que espírito parte para esta difícil missão de conquistar a câmara?

O espírito com que parto é exactamente o mesmo que me move desde que iniciei a minha actividade política no município como deputado municipal quando tinha 19 anos. O espírito com que pautei o trabalho de dirigente associativo na Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, ao longo de 14 anos, sete deles como presidente e do qual resultou uma obra que enche de orgulho os empresários do concelho e o espírito com que aceitei o desafio, há quatro anos atrás, de presidir ao NERBA – Núcleo Empresarial da Região de Bragança. Um espírito combativo na defesa intransigente dos interesses e do desenvolvimento do concelho de Macedo de Cavaleiros. Com o espírito de alguém que vê chegada a hora de passar das propostas, das opiniões e das críticas à acção, com a convicção de que sou capaz e me sinto preparado para contrariar a falta de dinâmica com que este Executivo do PSD tem gerido o município nestes últimos anos.

Em que linhas de força assenta o projecto do PS de desenvolvimento para Macedo de Cavaleiros?

Macedo de Cavaleiros tem na sua centralidade face ao distrito de Bragança (faz fronteira física com sete dos 12 concelhos), nas suas acessibilidades, nas suas gentes e nos seus recursos endógenos os principais vectores para o seu desenvolvimento.

O projecto de desenvolvimento do PS para o concelho passa, exactamente, por potenciar estes mesmos vectores, fazendo da centralidade e da confluência dos dois eixos rodoviários estratégicos IP 4 (futura A 4) e IP2, com ligação directa à Zona Industrial, um factor potenciador da actividade económica que lamentavelmente este executivo PSD não soube aproveitar.

Devolver às gentes do concelho o espírito empreendedor que sempre as caracterizou, e renovar-lhes o sentimento de orgulho de serem

macedenses, criando para isso mecanismos objectivos e efectivos de apoio ao empreendedorismo. Uma política forte de fixação dos jovens quadros oriundos do concelho, com base na realização e captação de investimento gerador de emprego e de riqueza. Uma política forte de apoio social à terceira idade, estimulando o investimento na prestação de serviços de qualidade nesta área.

Que plano tem, caso seja eleito presidente da câmara, para travar a desertificação do concelho e fixar a população jovem?

Na sequência do que foi respondido à questão anterior, ressalvo que temos recursos endógenos que é necessário potenciar e transformar em mais-valias reais: a gastronomia, os recursos cinegéticos, o património arquitectónico e religioso, a diversidade e a magnificência das nossas paisagens que tem a sua representação mais mediática (mas não exclusiva) no Parque Natureza do Azibo. Todos estes são elementos que urge articular através de uma política integrada e estruturada. Só assim será possível criar um mercado turístico apetecível, motivar a fixação da população e captar investimento.

A zona industrial é outra das vertentes estratégicas a explorar e cujo potencial está longe de estar optimizado. Criar postos de trabalho e gerar e riqueza passa inevitavelmente por aí. Sem desenvolvimento económico é impossível ambicionar o resto.

De que forma vai promover as potencialidades do concelho?

É urgente definir um Plano Estratégico de Desenvolvimento sustentado de todo o concelho e o meio rural não pode ser esquecido. É importante repensar os apoios à agricultura e aos agricultores, criar redes que permitam a circulação dentro do concelho e de dentro para fora dos produtos que a terra nos dá, apostar na qualidade e na certificação, enfatizar e rentabilizar o que temos de melhor e levar as pessoas a acreditarem no que é nosso e no que podemos oferecer.



Será, definitivamente, uma estratégia pensada pela positiva, capaz de fazer emergir da neblina em que estamos mergulhados, todo o nosso potencial.

Que balanço faz da gestão do PSD à frente da autarquia?

Estes sete anos e meio de gestão PSD foram uma tragédia para o concelho. A política preconizada por este Executivo conduziu à desvalorização drástica do nosso património, à descrença por parte da população, à transformação de ambições válidas em aspirações mesquinhas, à projecção de uma imagem “pequena” de nós próprios, à construção de bloqueios que acabaram por travar a iniciativa privada e a criatividade, e por aí fora...

O que podem esperar os munícipes de Rui Vaz à frente dos destinos de Macedo de Cavaleiros?

Uma liderança enérgica, combativa e inconformada; uma gestão aberta aos contributos de toda a população, honesta e coerente com as suas aspirações. E podem

esperar, garantidamente, o máximo empenho de alguém que sempre procurou, em todos os seus projectos, servir a terra de que tanto se orgulha.

Em que aspectos uma gestão socialista pode marcar a diferença?

A gestão socialista já marcou a diferença no passado, com base numa política de progresso, de urbanidade, de igualdade de oportunidades, não pactuando com clientelismos nem favorecimentos. Esta é a oportunidade que o concelho tem de retomar o ciclo de dinamismo e desenvolvimento, de voltar a “nivelar por cima”, de liderar e de sobressair pela positiva, de mostrar do que é capaz, de dar uma oportunidade aos seus valores humanos e materiais.

No seu entender, quais os principais problemas com que se debate o concelho?

São os problemas decorrentes de uma gestão PSD exclusivamente preocupada em gerir os timings

eleitorais, consentâneos com uma política pobre em objectivos e propósitos válidos: a desertificação, a falta de poder reivindicativo, a incapacidade de captação de investimento, a inexistência de uma oferta turística concertada e atraente; a redução da visibilidade política face aos concelhos nossos vizinhos, entre outros.

Como avalia a acção do Governo em relação ao distrito de Bragança e em particular ao concelho de Macedo de Cavaleiros?

Este foi o Governo que no pós-25 de Abril mais investimento realizou no distrito de Bragança, em todas as áreas da governação, desde a rede viária, às escolas, passando pela saúde e pelo urbanismo. Esteve nas mãos da autarquia tirar o máximo partido dessa aposta, que definitivamente não soube aplicar a parábola dos talentos à sua acção: a partir da riqueza não soube gerar riqueza mas mesquinhez e limitações. Deram-lhes ferramentas para construir pontes, e eles usaram-nas para criar muros.

APOIOS AO SECTOR AUTOMÓVEL SÓCRATES REITERA QUE FORMAÇÃO TORNA EMPRESAS MAIS QUALIFICADAS

O PLANO de Apoio ao Sector Automóvel (PASA), cujo modelo pode ser alargado a outros sectores da actividade económica, “permitirá ter empresas mais competitivas quando a crise passar, ao apostar na qualificação”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates.

Falando durante uma visita, no dia 25, ao centro de formação da CACIA, unidade do grupo Renault, José Sócrates considerou que a decisão da multinacional de manter o emprego e apostar na qualificação dos seus trabalhadores foi “inteligente e corajosa”.

E defendeu que “é assim que se enfrentam os problemas, olhando a crise como oportunidade para nos tornarmos melhores”, sublinhando que o PASA, de que a Renault foi a primeira a aderir, “visa criar condições para tomar essas decisões e, quando a crise passar, e há-de passar, teremos empresas mais competitivas”.

Realçando que Portugal foi o primeiro país da Europa a implementar um programa de apoio ao sector automóvel, o primeiro-ministro enalteceu também “o diálogo social” que permitiu à Renault aderir ao programa, para o qual foi “tão importante a adesão dos trabalhadores”.

“Quero-vos dizer que estamos convosco a defender os postos de trabalho. Este é o momento em que o país precisa do Estado e a aposta do investimento público no saber e na qualificação é decisiva”, disse.

Recorde-se que o PASA foi apresentado pelo Governo em Dezembro e contempla quatro eixos estratégicos: o estímulo ao emprego e à qualificação, o apoio às insuficiências financeiras, o ajustamento ao perfil industrial e tecnológico do sector e o incentivo selectivo à procura.

O apoio ao sector automóvel, através da medida de qualificação e emprego do PASA, traduz-se na inserção de trabalhadores em acções de formação, nos casos de redução temporária do período de laboração ou suspensão dos contratos, mediante o compromisso das empresas beneficiárias não fazerem despedimentos até 2010.



APOIAR A INDÚSTRIA DA CORTIÇA É AJUDAR A MANTER 12 MIL EMPREGOS

O PRIMEIRO-MINISTRO garantiu que o Governo tudo fará para preservar e defender o emprego, tarefa que levará em frente “até onde lhe for possível”.

Estas afirmações foram proferidas na cerimónia a que presidiu de assinatura, em Santa Maria da Feira, de um memorando no qual constam apoios ao sector da cortiça. Medidas que representam ajudas superiores a 180 milhões de euros, e destinadas às cerca de 400 empresas do sector que empregam mais de 12 mil pessoas, e que servirão igualmente para a promoção do produto além fronteiras.

Como sublinhou, na ocasião, este programa de ajuda ao sector “representa um trabalho sério e honesto” de um Governo que, por um lado, reafirma a aposta no investimento público como forma de apoiar as empresas e o emprego, e que, por outro lado, quer ajudar a defender um dos sectores estratégicos para a afirmação de Portugal no mundo, que de momento “luta com uma preocupante queda da procura mundial”.

Sócrates acrescentou ainda que este programa não tem por objectivo nem se destina a beneficiar o Estado, mas antes, como acentuou, “para servir as empresas”, enaltecendo a parceria estratégica estabelecida entre o Governo e as associações industriais, frisando que o “país precisa é que haja diálogo”.

Depois de destacar que o sector da cortiça “é talvez a indústria mais moderna das indústrias tradicionais portuguesas”, o chefe do Executivo louvou a boa imagem que a cortiça tem dado a Portugal no estrangeiro, “pela sua constante capacidade de inovação”, mas também por ser uma indústria amiga do ambiente. **R.S.A.**

Governo ataca desemprego com 40 mil estágios profissionais em 2009

PARA fazer frente ao acréscimo de desemprego que se verifica em Portugal, como aliás no resto da Europa e um pouco por todo o mundo, o Governo aumentou, este ano, o número de estágios profissionais para jovens para 40 mil.

O anúncio foi feito recentemente pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a visita que realizou ao Centro de Serviços Partilhados da multinacional “Solvay”, das áreas da química, farmacêutica e plásticos, em Carnaxide.

Na ocasião, José Sócrates salientou que, actualmente, há já 21 mil portugueses em programas de formação no âmbito da iniciativa “Emprego 2009”.

Também ao nível deste programa, os serviços do Estado estão a avaliar 38 mil candidaturas a estágios de formação e qualificação profissional.

Sócrates avançou estes dados após comentar os mais recentes números do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que apontam para um aumento do desemprego no nosso país e no contexto europeu.

“Estamos a viver uma crise mundial sem precedentes, mas este Governo está a fazer tudo o que se encontra ao seu alcance, canalizando o máximo de recursos públicos possíveis, para defender o emprego e as empresas”, disse, acrescentando



de seguida que “os 25 mil estágios profissionais para jovens existentes em 2008 serão aumentados para 40 mil em 2009”.

Na sua intervenção, José Sócrates criticou os sectores à esquerda do PS que não dão apoio a medidas como esta, esclarecendo que o objectivo do seu Governo “não é o igualitarismo, mas a promoção da igualdade de oportunidades”.

Perante uma plateia maioritariamente constituída por jovens da empresa, Sócrates referiu o exemplo da “Solvay” para sustentar que a ambição de Portugal “não é competir nas áreas do passado”, mas naquelas que possuem “um maior valor acrescentado”.

“Se queremos competir nas áreas do futuro, a única via é a aposta

na educação”, sustentou, apelando depois aos empresários para que não dispensem trabalhadores e apostem na qualificação dos seus recursos humanos.

Durante a cerimónia realizada na “Solvay”, em que também esteve presente o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional e responsáveis do IEFP, foi assinado um protocolo no qual a referida empresa se compromete a colocar no seu quadro, a curto prazo, mais 12 jovens estagiários e a realizar mais 12 estágios de formação profissional.

A multinacional comprometeu-se, nos termos do mesmo protocolo, a estudar a possibilidade de dar trabalho a desempregados com mais de 50 anos.

Pacote de incentivos às indústrias do têxtil, vestuário, cortiça e calçado

O GOVERNO anunciou a criação de um novo pacote de incentivos financeiros para ajudar as indústrias do têxtil, cortiça, vestuário e do calçado a enfrentarem a crise canalizando para estes sectores apoios orçados em 850 milhões de euros.

Esta iniciativa, como recordou o titular da pasta da Economia, enquadra-se num conjunto mais vasto que compreende 23 outras medidas que o Executivo quer aplicar no auxílio directo às empresas, ajudando a ajustar os seus perfis industriais à promoção das exportações, e estimulando a criação de empregos.

Em relação às empresas exportadoras, por exemplo, o protocolo estabelece que o Governo passará a assumir a responsabilidade de 60% do seguro de crédito das empresas, ficando os restantes 40% sob a alçada das empresas.

Tal como já sucede com os operários do ramo automóvel, tam-

bém os trabalhadores destas indústrias passarão a ter os seus salários pagos em 80% pelo Estado, cenário que só se concretizará quando e se as empresas tiverem as suas produções paradas.

Neste caso, e de acordo com o que ficou estabelecido, os trabalhadores passarão a frequentar programas de formação profissional.

O presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) regozijou-se com a assinatura deste protocolo, defendendo que os sectores tradicionais da economia portuguesa, “não podem ser abandonados”.

Para Basílio Horta, Portugal não tem indústrias tradicionais “mas antes indústrias de tradição”, acentuando que tanto os têxteis, como as indústrias do calçado, cortiça ou do vestuário dispõem hoje de meios tecnológicos bastante avançados, facto que lhes permite



enfrentarem a concorrência internacional sem qualquer receio.

Outras das medidas previstas visam o apoio ao emprego para jovens e a criação de cerca de 12 mil estágios profissionais.

Mas outros benefícios estão ainda pensados para as empresas, como é o caso, por exemplo, das que vierem a contratar trabalhadores com mais de 45 anos, que passarão a beneficiar do mesmo valor de apoio, enquanto aquelas que contratarem trabalhadores com mais de 55 anos, passarão a usufruir de uma redução de 50% da contribuição para a Segurança Social. **R.S.A.**

Isabel Santos quer fazer de Gondomar motor de desenvolvimento

FAZER do concelho de Gondomar o “motor de desenvolvimento no contexto metropolitano, regional e nacional” é objectivo da candidatura de Isabel Santos à presidência da Câmara pelo Partido Socialista nas próximas autárquicas.

Licenciada em Relações Internacionais, esta deputada socialista, de 41 anos, acredita que “chegou o tempo de romper com um ciclo político estafado, que se arrasta coberto de falsas lanjeoulas, já sem réstia de brilho nem glória e que só nos tem vindo a descredibilizar, condenando-nos ao marasmo”.

Isabel Santos apresentou no dia 28 de Março a sua candidatura, numa cerimónia que lotou o auditório da Escola Dramática e Musical Valboense, em Valbom, na qual estiveram presentes, entre outros camaradas, Jaime Gama, Augusto Santos Silva, Ana Paula Vitorino, Fernando Medina, Miranda Calha, Manuel Pizarro, Fernando Serrasqueiro, Renato Sampaio e Elisa Ferreira.

“Chegou a nossa vez. Este é o tempo de iniciar um novo ciclo político em Gondomar”, afirmou Isabel Santos, reconhecendo “a dificuldade do combate” que travará pela autarquia, mas esclarecendo, porém, que não acredita em “em homens ou mulheres providenciais”.

“Gondomar não é, não pode ser, feudo de ninguém. Gondomar é de todos nós, daqueles que aqui nasceram e dos que aqui vivem e lhe damos vida”, enfatizou para depois reforçar: “Recuso o medo e



o conformismo derrotista. Recuso baixar os braços perante os problemas e desistir”.

A candidata defende uma “nova proposta para Gondomar”, baseada no “progresso e no desenvolvimento”. A sua candidatura, assegurou, assenta “num pacto com a população pela qualidade da vida democrática local”, realçando que o “mais urgente” dos seus compromissos é “devolver credibilidade à vida política em Gondomar”.

“Não nos podemos resignar a permanecer condenados a ser

aquilo a que, parafraseando o poeta, poderíamos denominar de uma espécie de concelho em ‘inho’, onde os cidadãos são tratados não como indivíduos com direitos mas como dependentes dos quais se faz o favor de cuidar”, disse a candidata.

Depois, Isabel Santos lamentou que o concelho apresente “indicadores de desemprego e baixos rendimentos”.

“Somos o terceiro concelho da Área Metropolitana do Porto em número de desempregados

inscritos no Centro de Emprego e somos o concelho com mais baixos rendimentos de trabalho por conta de outrem dentro da primeira coroa da área metropolitana”, referiu, apontando que Gondomar está “entre os 30 concelhos com mais baixa taxa de cobertura de equipamentos de pré-escolar”.

Em face destes indicadores, Isabel Santos considera urgente mudar o perfil do concelho e torná-lo numa terra de progresso.

“Temos um tecido social com uma evidente capacidade de inicia-

tiva. Os gondomarenses são gente empreendedora, habituada a lutar. Temos um património histórico, cultural e ambiental inestimável”, declarou, defendendo categoricamente que “este é o tempo de iniciar um novo ciclo político em Gondomar”.

Ao terminar a sua intervenção, rematou: “Chegou a hora de trazer uma nova ambição ao concelho, de tomarmos o rumo da nossa terra nas nossas mãos”.

Por seu turno, o camarada Jaime Gama realçou as qualidades de Isabel Santos, não só pelo seu percurso político na Assembleia da República, mas também pela sua dedicação às causas sociais.

Referiu ainda que a candidata socialista abre a Gondomar a oportunidade de passar a ser um concelho da “primeira divisão”.

Em depoimentos gravados e exibidos na sala repleta de apoiantes, o secretário-geral do partido, José Sócrates, afirma a qualidade da escolha do PS para Gondomar, conhecendo bem o “excelente percurso político” de Isabel Santos.

O presidente do PS, camarada Almeida Santos, salienta a juventude da candidata e a sua coragem e determinação, ao passo que o fundador do partido, Mário Soares, sublinha a determinação, coragem e a experiência política da candidata.

Por último, António Reis afirma que com esta candidata compatrios e tráfego de influências não terão seguramente entrada nas portas da Câmara de Gondomar. **M.R.**

Manuel Lopes Machado formaliza candidatura a Celorico de Basto

O LÍDER da Concelhia socialista de Celorico de Basto, Manuel Lopes Machado, formalizou no dia 4 de Abril a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal em cerimónia realizada na sede do PS deste concelho do distrito de Braga.

Na ocasião, Manuel Lopes Machado referiu as razões que motivaram esta nova candidatura à Câmara de Celorico de Basto.

“Eu gosto da minha terra, que é também a terra dos meus filhos, pais e avós. É essa a razão principal porque decidi ser, novamente, candidato pelo Partido Socialista”, explicou.

Na sua intervenção, o camarada Manuel Lopes Machado lembrou que, desde o 25 de Abril, Celorico de Basto, ao contrário de outros concelhos, avançou muito pouco.

“Diria mesmo que avançou ao ritmo daqueles concelhos que não têm horizonte e que não têm futuro”, afirmou



O candidato do PS defendeu que o município, actualmente gerido pelo PSD, “tem de avançar rumo ao desenvolvimento, como sucede nos concelhos vizinhos geridos pelos socialistas”.

A sessão pública de apresentação pública da candidatura do PS a Celorico de Basto contou com a presença

de inúmeros militantes, simpatizantes, dirigentes socialistas federativos e locais e os presidentes das câmaras de Cabeceiras de Basto, Joaquim Barreto, de Fafe, José Ribeiro, de Guimarães, António Magalhães e de Vizela, Francisco Ferreira. **M.R.**

SECÇÃO DA BOBADELA ASSINALA 34º ANIVERSÁRIO

“SÓ ANTECIPANDO o futuro e insistindo na mudança de forma coerente é possível manter o ciclo de vitórias que o PS tem vindo a ter nesta freguesia”, afirmou o presidente da FAUL, Joaquim Raposo, na sessão solene de comemoração do 34º aniversário da Secção da Bobadela, que incluiu um almoço de confraternização.

Perante largas dezenas de militantes desta estrutura, o presidente da Mesa da Assembleia Geral de Militantes, o camarada José Maria Graça, iniciou a sessão com a leitura de uma missiva que o presidente do PS, Almeida Santos, enviou para a secção de felicitações e incentivos à militância, particularmente neste ano com três actos eleitorais.

“Esta Secção tem sido o garante dos cinco mandatos consecutivos ganhos pelo PS na freguesia”, afirmou o camarada Carlos Teixeira, presidente da Concelhia e da Câmara de Loures.

Já o coordenador da Secção e também candidato à Junta de Freguesia da Bobadela, Nuno Ricardo Dias, disse que “queremos um PS Bobadela forte, unido e rejuvenescido, capaz de dar resposta aos problemas da população”.

Na sessão foi ainda anunciado que a campanha pré-eleitoral do PS à Junta de Freguesia incluirá debates com a sociedade e a preparação de um programa eleitoral “responsável que aumente a qualidade de vida dos cidadãos”.



OPINIÃO

BRUNO VELOSO
Deputado do PS

Esconder os cabos, nestas circunstâncias, serve apenas para eliminar a visibilidade do problema e criar uma falsa ilusão sobre a inexistência do campo magnético à superfície, para além de produzir custos seis a dez vezes superiores a uma linha aérea

SERIEDADE NA A BORDAGEM ÀS LINHAS DE ALTA TENSÃO

FOI recentemente discutido na Assembleia da República a problemática dos Campos Electromagnéticos derivados das linhas de Alta Tensão.

A matéria não é consensual nem do ponto de vista exclusivamente científico, nem do ponto de vista político.

O CDS-PP apresentou um projecto que se afasta da vertente técnico-científica, pretendia criar um plano de ordenamento sectorial das linhas eléctricas de alta e muito alta tensão como instrumento de ordenamento do território. Por outro lado, o PEV e o BE preferiram uma abordagem quantitativa, assumindo dogmaticamente alguns valores.

Mas o Bloco e o PEV enfermam de pressupostos errados. Tomam como dogma e como verdade que a OMS propõe os limites de 0,2 e de 0,4 μT , o que não é verdade. A verdade é que a OMS aconselha limites de 100 μT . Diz também a OMS que é improvável que a implementação dos limites de exposição baseados nos dados relativos aos estudos sobre a leucemia infantil (valores médios de exposição entre os 0,2 e 0,4 μT) e direccionados à redução da exposição média dos comportamentos magnéticos tenha efeitos positivos.

Esta é uma matéria sensível na sua natureza, onde a factualidade científica não foi ainda capaz de colocar uma prova cabal e definitiva.

Se persistem dúvidas para as ciências exactas, há, no entanto, uma certeza: a existência de um problema de opinião pública. É exactamente por isso que a OMS recomenda as entidades competentes a investirem na informação, na promoção de atitudes pedagógicas, promovendo diálogos com a comunidade atenuando as suas preocupações.

Esta é uma preocupação que se exige no debate político sobre esta matéria e que o PS assume com toda a seriedade, contrariamente ao BE que acentua e descuida esta orientação com um discurso alarmista e demagógico perante as populações.

Portugal adopta desde 2004 as recomendações da OMS e do Conselho Europeu. E sobre estes valores importa referir que são muito inferiores aos valores para os quais há, efectivamente, evidências e registos de danos para a saúde humana. A OMS ao sugerir valores de 100 μT para o campo magnético fá-lo cinco vezes abaixo dos níveis onde existem provas de que se afecta o sistema nervoso. Esta é a única evidência verdadeiramente comprovada. A OMS recomenda ainda a adopção de medidas de precaução, desde que não coloque em causa os benefícios sociais e para a medicina da electricidade e que tenha custos reduzidos. Estas são também as recomendações adoptadas pelos organismos de saúde da União Europeia — e são também as opções adoptadas por este Governo.

Existe, porém, um grupo de cientistas, denominado “Bioiniciativa”, que não só contesta as posições da OMS como defende medidas mais radicais contra as fontes de campos electromagnéticos, nomeadamente o enterramento das linhas. Este grupo de cientistas não é reconhecido pela OMS, mas tem no entanto, encontrado grande acolhimento nas franjas políticas mais radicais de vários parlamentos europeus agora replicado na nossa Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda.

Esta é a única solução que o BE e o PEV nos apresenta e que está longe de ser a solução ideal e apenas atenua parcialmente o problema. Esconder os cabos, nestas circunstâncias, serve apenas para eliminar a visibilidade do problema e criar uma falsa ilusão sobre a inexistência do campo magnético à superfície, para além de produzir custos seis a dez vezes superiores a uma linha aérea com a mesma tensão e capacidade e, portanto, nas mesmas circunstâncias. Custos, estes, que se reflectiriam, inevitavelmente, nos custos da electricidade a pagar por todos os portugueses. Daí que, conscientemente, o projecto de lei do Grupo Parlamentar do Partido Comunista faça a ressalva dessa impossibilidade.

Seramente este tema deve abordar as duas vertentes que lhe são inerentes: a questão da saúde e a do Ordenamento do Território. Só desta forma poderemos responder eficazmente aos problemas causados pelas nossas próprias necessidades de consumo energético. Minimizar o impacto social e monetário reduzindo drasticamente as preocupações os cidadãos afectados, de uma forma séria, deve constitui a única preocupação do Partido Socialista.

Carlos César anuncia medidas de apoio a empresas e famílias



O presidente do Governo dos Açores anunciou, no dia 2 de Abril, um novo conjunto de medidas de combate às dificuldades provocadas pela crise económica internacional.

ASSIM, o Governo vai criar uma nova linha de apoio às empresas açorianas, no valor de 20 milhões de euros, destinada exclusivamente ao financiamento do pagamento entre empresas, permitindo, cumulativamente, que outras empresas com créditos a receber vejam satisfeitos os valores em dívida dos seus clientes e assim se gerem efeitos multiplicadores e positivos.

Por outro lado, e tendo em vista a reestruturação dos endividamentos bancários das empresas, o Executivo decidiu reforçar, com mais 40 milhões de euros, a linha de apoio já em vigor, através da qual, até agora, foram disponibilizados financiamentos no montante de 97 milhões de euros.

Carlos César, que falava, na Assembleia Legislativa, no final dos debates sobre as Orientações de Médio Prazo e o Plano e Orçamento da Região para 2009, revelou também que vai passar a ser feito o pagamento antecipado da totalidade dos subsídios ao investimento, de forma a evitar que as empresas paguem primeiro os investimentos realizados e só depois recebam os respectivos subsídios.

No sector da habitação, a anunciada compra, pelo Governo, de 390 habitações novas, disponíveis no mercado, para posterior venda em regime de propriedade resolúvel, num investimento superior a 35 milhões de euros, vai ser complementada com outras medidas.

Segundo anunciou o presidente do Governo, “um novo, inovador

e ambicioso programa irá proporcionar o financiamento, através de empréstimo, de 10 a 20% do valor total do custo de aquisição da habitação”, de forma a suprir financiamento que a banca deixou de contratar, ao mesmo tempo que se reduz, de forma efectiva, os encargos financeiros suportados pelas famílias.

Paralelamente, vai ser reduzido para três anos o prazo de eficácia das garantias bancárias das empresas que efectuaram obras para a administração regional, com o que o sector da construção civil diminui, de forma significativa, os seus custos financeiros decorrentes da realização de obras públicas.

Outra medida anunciada foi a do financiamento, até 50%, e durante períodos de cinco meses, do vencimento dos funcionários das empresas nas actividades económicas com sazonalidade, incluindo o comércio tradicional.

Com esse programa, as empresas continuarão a ter os seus funcionários todo o ano, sendo que, nas épocas de menor actividade, os trabalhadores poderão frequentar, em parte do seu horário laboral, acções de formação, e com os seus vencimentos pagos, na mesma, mas pelo Governo.

Carlos César revelou, por fim, que vai ser generalizado o acesso, no âmbito da legislação em vigor, à possibilidade de regularização, através do pagamento máximo em 60 prestações, das dívidas das empresas à Segurança Social, ficando desse modo necessário um

pagamento inicial de apenas 1,6% da dívida para poderem beneficiar da declaração de situação regularizada, permanecendo obviamente as empresas obrigadas ao cumprimento integral do novo plano de pagamentos estabelecido.

“Todas estas medidas, e outras que as circunstâncias revelem ser indispensáveis ou adequadas, ilustram bem o nosso inconformismo batalhador e a nossa atenção permanente. Como já tive a ocasião de afirmar, conseguimos que a crise chegasse mais tarde aos Açores, estamos a conseguir que ela tenha efeitos menos gravosos entre nós e vamos, estou certo, conseguir que ela se vá embora mais cedo. É esse o desafio que temos pela frente. É esse o desafio que queremos vencer”, sublinhou o presidente do Governo.

Carlos César, que, ao longo do seu discurso, foi dizendo que os avanços registados pela região, nos últimos anos, terão continuidade na determinação governamental plasmada nos documentos em análise na Assembleia — e que é reforçada pelas referências positivas que lhes foram feitas por representantes de quase todos os sectores económicos e sociais consultados —, frisou que, por isso, o Governo não está desacompanhado e lamentou que “instituições isoladas, em que pontuam interesses partidários, como a Associação de Municípios”, se limitem a denegrir as opções em análise.

Ao invés, louvou a oposição que, à esquerda e à direita do espectro parlamentar, apesar de naturais divergências, demonstrou ser responsável e construtiva, dialogando, propondo alterações e alcançando o apoio da maioria a essas alterações

Francisco Ramos, secretário de Estado Adjunto e da Saúde

“Política do medicamento visa maior acesso dos cidadãos aos fármacos”

A mais recente baixa de preço de quase 500 fármacos vai representar uma poupança de 31 milhões de euros para o Estado e de 20 milhões de euros para os cidadãos, afirma o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, sublinha que a política do medicamento desenvolvida pelo Governo tem como objectivo central “aumentar o acesso dos cidadãos aos fármacos, garantindo, em simultâneo, a sua qualidade, eficácia e segurança”.

As medidas mais recentes anunciadas pelo Ministério da Saúde são na área do medicamento, com a baixa de preço de quase 500 fármacos e o aumento da participação dos genéricos para os pensionistas. Surgem em resposta ao actual momento económico?

A descida no preço de medicamentos de marca e genéricos foi legislada em 2007 por este Governo e pretende aproximar o custo dos medicamentos em Portugal ao dos países que nos servem de referência, Espanha, França, Itália e Grécia.

Antes desta legislação não existia uma prática de, periodicamente, comparar os preços dos medicamentos no mercado português com os praticados noutros mercados, por isso, o medicamento mantinha o preço com que entrava em Portugal, mesmo que sofresse alterações nos restantes países.

O que se faz, desde 2007, é comparar, anualmente, os preços. Como em Portugal eles estavam geralmente mais altos, o resultado tem sido várias reduções desde esse ano.

A última, a 1 de Abril, abrangeu 3900 apresentações, de 497 medicamentos, entre genéricos e de marca, e vai representar uma poupança de 31 milhões para o Estado e de 20 milhões para os cidadãos.

Já o aumento da comparticipação em 15% nos genéricos para os pensionistas de baixos rendimentos é uma medida claramente pensada para apoiar um conjunto de pessoas que, perante o cenário económico actual, está mais fragilizada financeiramente. Simultaneamente, e por múltiplas razões, nomeadamente a idade avançada, estes são os cidadãos que mais utilizam o Serviço Nacional de Saúde.

Qual é a estimativa do número de pessoas abrangidas por esta medida?

A subida da comparticipação em 15% nos genéricos abrange cerca de um milhão de pessoas e permite que os medicamentos que o Estado comparticipa nos escalões A e B, onde se concentra a maioria dos fármacos, sejam gratuitos para os pensionistas com rendimentos mais baixos.

Além da actual descida, os me-

dicamentos genéricos foram obrigados a reduzir o seu preço em 30% em Outubro do ano passado. Porquê esta medida?

Porque fruto da ausência de comparação de preços com os países de referência, os genéricos, embora mais baratos do que os medicamentos de marca, ainda apresentavam um custo superior em Portugal. A evidência disso está no facto de a sua quota em valor ser muito superior à sua quota em volume, contrariamente ao que acontece em todos os outros mercados europeus. A promoção da utilização dos medicamentos genéricos é um dos eixos da política do Governo na área do medicamento e fazia, por isso, todo o sentido acelerar essa aproximação de preços.

Que outras medidas têm sido tomadas para aumentar a utilização dos medicamentos genéricos?

Têm sido desenvolvidas, pela Autoridade Nacional para o sector do Medicamento, o Infarmed, campanhas de informação ao grande público e várias acções junto dos profissionais de saúde.

E os resultados são já visíveis, pois os genéricos têm actualmente uma quota de mercado de 14,37% em volume, contra 5,09% em 2004.

A par das baixas de preços, o que tem mudado na área do medicamento?

A política do medicamento desenvolvida pelo Governo tem como principal objectivo aumentar o acesso dos cidadãos aos fármacos, garantindo, em simultâneo, a sua qualidade, eficácia e segurança.

Paralelamente, tem sido uma preocupação aumentar a acessibilidade sem pôr em causa a sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde.

Para cumprir estes objectivos, foi autorizada a venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias – existindo hoje 774 estabelecimentos autorizados a fazê-lo – e a criação de farmácias de venda ao público nos hospitais.

Porquê alargar a venda de medicamentos sem receita a estabelecimentos que não as farmácias?

Porque aumenta a acessibilidade



dos doentes aos medicamentos. Isto acontece quer por via de um maior número de locais onde é possível adquirir estes medicamentos, quer pela concorrência que é introduzida no mercado, que leva à redução do preço destes fármacos.

Hoje, a venda de medicamentos sem receita fora das farmácias representa já 11% do volume total deste mercado.

A introdução de concorrência no mercado foi também o motivo para a liberalização da propriedade das farmácias?

Esta medida surge na sequência de recomendações da Autoridade da Concorrência e está em linha com os ditames comunitários. Aliás, apesar de Portugal ter liberalizado a propriedade da farmácia, alargando esta possibilidade a não farmacêuticos, a Comissão Europeia ainda entende que alguns aspectos da lei são demasiado restritivos.

A liberalização da propriedade trouxe também outras alterações ao funcionamento das farmácias. Qual a necessidade de alterar o quadro regulamentar deste sector?

O princípio na base da alteração legislativa é o de cumprir os objectivos da política do medicamento que já enunciei, nomeadamente o aumento da acessibilidade dos cidadãos, em condições de qualidade e segurança.

Nesse sentido, foi alargado o horário de funcionamento das farmácias e revogada a taxa de serviço nocturno sobre o receituário do próprio dia.

Passou a ser também possível às farmácias praticarem descontos, po-

dendo beneficiar assim directamente os seus clientes.

Procurou ainda apoiar-se a actividade de promoção da saúde e do bem-estar dos utentes desenvolvida pelas farmácias, dotando-as de mecanismos que antes não possuíam, nomeadamente a possibilidade de venderem certos medicamentos através da Internet.

Qual a diferença entre as farmácias de venda ao público nos hospitais e as tradicionais farmácias de bairro?

As farmácias de venda ao público nos hospitais pretendem oferecer ao doente que se desloca a uma consulta de especialidade, ou a um serviço de urgência, a possibilidade de adquirir com maior conforto e rapidez os medicamentos que lhe são prescritos. Por exemplo, no caso de um doente que recorre à urgência hospitalar durante a noite, e ao qual são prescritos medicamentos, o recurso à farmácia de venda ao público no hospital evita que tenha de ir procurar qual a farmácia de serviço mais próxima, poupando-lhe deslocar-se que, em alguns casos, podem ser desgastantes.

Neste momento está prevista a abertura de seis destas farmácias, que resultam da iniciativa de seis hospitais que avançaram com a sua criação, após a legislação lhes dar essa possibilidade.

Que hospitais possuem farmácias de venda ao público?

Estão já em funcionamento as farmácias dos hospitais de Santo André, em Leiria e Centro Hospitalar de Coimbra. A localizada no

Hospital de Santa Maria, que integra o Centro Hospitalar Lisboa Norte, entra em funcionamento no corrente mês Abril. Progressivamente vão abrir também farmácias de venda ao público nos hospitais de São João, no Porto, Faro e no Hospital Padre Américo, do Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa, em Penafiel.

Nos hospitais do SNS foram alteradas as regras para a utilização de novos medicamentos. Qual o impacto que tiveram no acesso a fármacos inovadores?

O que se procurou fazer nos hospitais foi criar condições para que o acesso a novos medicamentos, precisamente por serem fármacos inovadores, ocorresse

de uma forma transparente e fácil de monitorizar.

Para tal, foi decidida uma avaliação prévia da relação entre o preço do novo medicamento e o benefício adicional que ele representa para os doentes, comparativamente aos restantes medicamentos que já existem no mercado.

Em 2007, foram submetidos 23 pedidos de avaliação de medicamentos e, em 2008, 26, o que demonstra claramente que a introdução da fase de avaliação prévia não teve o efeito de restrição com que várias vezes sobressaltaram o público.

E nos medicamentos adquiridos nas farmácias, qual é o estado da introdução da inovação?

O alargamento da comparticipação do SNS a novos medicamentos não tem parado. Em 2007 foram comparticipadas 15 novas moléculas e entre Janeiro e Novembro do ano passado a comparticipação alargou-se a outras 15.

Referiu que é uma preocupação o aumento da acessibilidade aos medicamentos, sem pôr em causa a sustentabilidade do SNS. Esse objectivo tem sido possível de concretizar?

Em 2008, o limite da despesa em medicamentos vendidos nas farmácias excedeu a nossa expectativa inicial, situando-se nos 5,2%. Admito que possamos ter sido demasiado exigentes, mas o fundamental é que as contas do SNS permanecem equilibradas, ao mesmo tempo que tem sido possível aumentar progressivamente a sua cobertura.

Políticas sociais do Governo estão a proteger o país e os portugueses

Nestes quatro anos, o Governo do Partido Socialista soube levar a cabo um conjunto de políticas sociais que estão, actualmente, a proteger Portugal e os portugueses dos piores efeitos da crise económica, garantiu o líder do PS, José Sócrates, no encerramento das Jornadas Parlamentares de Guimarães.

ENTRE as medidas sociais que referenciou, o secretário-geral e primeiro-ministro destacou a reforma da Segurança Social como a mais importante, uma vez que, venceu, “se mantém sustentável e pública, como ela afinal deve ser”.

A este propósito, classificou como “grave” que a proposta do PSD de privatizar parte das contribuições para o sistema de Segurança Social continue na Assembleia da República, sem que, até agora, nenhum dirigente laranja tenha revelado que o seu partido “já não se revê nela”.

“Seria grave se hoje esta proposta estivesse em vigor”, afirmou José Sócrates, lembrando que, na sequência da crise financeira que se vive actualmente, “parte das contribuições dos portugueses estaria perdida ou desvalorizada na Bolsa”.

Sócrates defendeu mesmo que a escolha entre o modelo público de Segurança Social preconizado pelos socialistas e o modelo de abertura à privatização do PSD “deve ser uma das questões a colocar aos portugueses nas próximas eleições”.

Perante os deputados do PS frisou depois que “o que temos em cima da mesa é uma proposta para privatizar de forma obrigatória uma percentagem das contribuições dos portugueses”.

“Essa parte das contribuições, para o PSD, em vez de ficar no sistema público, tem de ser colocada em fundos que jogarão na especulação bolsista. Ora, isto é demasiado sério e grave para que se possa esconder”, alertou.

Em contraponto, o primeiro-ministro sustentou que a reforma da Segurança Social levada a cabo pelo Executivo “foi o espelho do PS”.

“Tratou-se do melhor contributo que podemos deixar para o futuro do país”, sublinhou, antes de se referir à anterior legislatura e, em particular, ao seu primeiro ano de mandato governativo.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro criticou oposição em relação pela forma como intervém no actual quadro de crise internacional.

“Uns adoram descrever a crise, outros passam a vida a queixar-se da crise e outros ainda têm como única preocupação culpar o Governo da crise, como se este Executivo pudesse responder em relação à recessão nos Estados Unidos, no Japão ou na Rússia”, apontou, para de seguida lembrar que o que os portugueses pedem aos partidos e às suas lideranças é que neste momento apresentem as suas propostas para o país”.



Antes, ao iniciar a sua intervenção, José Sócrates centrou-se na política do medicamento para assinalar que nesse dia, 1 de Abril, os preços de cerca de quatro mil genéricos sofriam uma redução que, na maioria, representava uma variação entre 33 e os 52%.

Poupança de 726 milhões de euros em medicamentos

Assegurando que o Governo do PS deixará uma marca social na política do medicamento, apontou que ao longo dos últimos quatro anos o Estado e os consumidores já pouparam 726 milhões de euros.

José Sócrates declarou que a

actual baixa de preços resulta de uma negociação que o Governo fez em 2007, “por forma a que o país tenha preços de medicamentos em tudo semelhantes à média dos países que rodeiam Portugal, casos da Espanha, Itália e Grécia”.

Em Guimarães, num breve balanço de mandato na área social, José Sócrates deu nota de dez marcas em termos de políticas sociais entre muitas outras que podia ter seleccionado.

Medicamentos mais baratos, apoio social para idosos, abono pré-natal, aumento histórico do salário mínimo, aumento do abono de família, acção social escolar alargada, mais equipamentos sociais, rede

de cuidados médicos continuados, nova política de apoio à parentalidade e reforma da Segurança Social, foram as apontadas pelo primeiro-ministro.

“Trouxe-vos dez medidas e acreditem que tive dificuldade em escolhê-las”, disse, para depois concluir garantindo que o Governo está a fazer o que deve para combater a crise quando procura estabilizar o sistema financeiro, apoia as empresas e faz mais investimento público para manter postos de trabalho, melhorando ainda as ajudas às famílias.

“Aconteça o que acontecer, continuaremos a governar com rigor e consciência social”, rematou.

Apoiar as famílias, as empresas e cuidar da estabilidade do sistema financeiro

SOB o tema do “Emprego e da Protecção Social”, decorreram no Centro Cultural de Vila Flor, em Guimarães, as Jornadas Parlamentares do GP/PS entre os dias 30 de Março e 1 de Abril.

Os trabalhos contaram com a participação, para além do primeiro-ministro, que encerrou as jornadas, dos ministros de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva e dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

Comum à intervenção destes três responsáveis foi o facto de terem valorizado e destacado o papel que Portugal e o seu Governo têm vindo a desempenhar face à crise económica internacional, prosseguindo o caminho que consideram como o mais justo e adequado, de apoio às famílias, às empresas e aos grupos sociais mais frágeis, sem todavia, “descurarem a estabilidade do sistema financeiro”.

O ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que as medidas que o Governo tem vindo a aprovar tendo em vista o combate à crise são temporárias, e que “não farão o país regressar aos défices crónicos”.

Evitar as tensões sociais

O titular da pasta das Finanças garantiu ainda que a consolidação orçamental “será retomada logo que a crise conheça uma importante retracção”.

Para Teixeira dos Santos, o maior obstáculo com que os portugueses se defrontam na actual conjuntura de crise, passa pelos níveis do desemprego, algo que, na sua perspectiva, constitui a primeira causa para as diversas tensões sociais que têm atravessado o país.

Para se evitar que em Portugal associado ao problema do desemprego “possam surgir problemas de

ordem social” têm de começar, desde já, a serem “delineadas soluções adequadas” capazes de constituírem fortes alternativas às eventuais tensões sociais”.

Referindo que a oposição tem procurado dar a ideia de que o Governo se tem limitado a avançar com medidas avulsas, Teixeira dos Santos não só desmentiu essa falsidade, como a classificou de preconceituosa e de “análise pouco sustentada”, garantindo que o Governo “possui uma ideia muito clara e objectiva do caminho que tem pela frente”.

E que passa, como frisou, por eleger o investimento público e as medidas de apoio às famílias e às empresas “como as principais armas do Executivo contra a crise”.

20 milhões por dia para solidariedade

Por seu lado, o ministro do Tra-

balho e da Solidariedade, Vieira da Silva, recordou que o Estado está a transferir diariamente cerca de 20 milhões de euros para pagar despesas de solidariedade, números que confirmam “o maior esforço desde sempre empreendido pelo Estado neste domínio”.

De acordo com Vieira da Silva, as despesas com as políticas de solidariedade no contexto da despesa primária “aumentaram de nove para 10,5% ao longo da actual legislatura”, valores que são exclusivamente de cariz não contributivo e que estão relacionadas com o encaminhamento de ajudas sociais para as famílias, contribuindo deste modo para “o reequilíbrio do nosso tecido social”.

Oposição sofre de inacção e de cegueira ideológica

O ministro dos Assuntos Par-

lamentares preferiu centrar a sua intervenção nos partidos da oposição, acusando os da direita do PS de inacção, ausência de perspectivas e de equidade no combate à crise, enquanto o PCP e o BE foram criticados por prosseguirem políticas de “cegueira ideológica”.

Para Augusto Santos Silva, a oposição, tanto à direita, como à esquerda dos socialistas, está a “sucumbir à demagogia”. A direita falha sobretudo em critérios essenciais na resposta à actual crise, nomeadamente “no requisito da iniciativa”, já os comunistas e bloquistas, definitivamente, “pertencem à esquerda extremista que se limita a propor o regresso ao paradigma colectivista”.

Este facto, disse, tem-lhes impedido de perceber o quanto foi essencial estabilizar o sistema financeiro para poder responder à crise, preferindo antes “insistir nos preconceitos ideológicos”.

Alberto Martins defende ética nos negócios e regulação dos mercados

A reintrodução da “ética dos negócios” e uma maior regulação dos mercados financeiros foram duas soluções defendidas por Alberto Martins na abertura das Jornadas Parlamentares do PS, em Guimarães, onde teceu duras críticas à líder do PSD, a quem acusou de ter deixado como legado ao país, enquanto ministra das Finanças, um défice de 6,4%.

NA PRIMEIRA parte do seu discurso, com uma componente fortemente ideológica, o líder do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) considerou que, face à actual crise económico-financeira internacional, “são precisas soluções fortes para regular com harmonia os mercados, para inverter a espiral de ganância dos lucros a curto prazo, para prevenir a doença das remunerações predatórias e para acabar com os paraísos fiscais”.

Por isso, frisou, “temos de acabar com os sistemas abertos, não transparentes e escassamente regulados”, acrescentando que é necessário colocar de novo a política “na ética dos negócios”, de forma a “pôr fim ao poder excessivo dos interesses particulares”.

Segundo Alberto Martins, “o governo da empresa, e das empresas,

deve reconhecer os direitos dos que sofrem os resultados das actividades das empresas, e não somente os direitos dos seus accionistas”.

O líder da bancada socialista afirmou ainda que é preciso “subordinar de novo a economia à política, voltando a ligar os fluxos financeiros com as necessidades sociais e económicas e proteger os mercados e instituições face ao jogo estéril da roleta”. Para Alberto Martins, face ao actual tempo de incertezas o PS acredita “na mão bem visível do Estado”.

Na segunda parte da sua intervenção, Alberto Martins criticou os partidos da oposição, em especial Manuela Ferreira Leite, que acusou de, enquanto ministra das Finanças, ter estado na origem da “ruinosa titularização das dívidas fiscais e contributivas ao Citigroup, de sua



responsabilidade directa, que já custou ao país 2583 milhões de euros em receitas fiscais” e de ter deixado como legado aos país quando deixou o Governo “um défice de 6,4%”. Por isso, disse, “é falso” quando a antiga ministra das Finanças tenta passar a mensagem de que o país empobrecerá durante a governação socialista. “O PSD ignora as consequências da crise”, acusou.

Sócrates está a ser vítima da calúnia e da intriga

Na intervenção de encerramento das Jornadas, Alberto Martins manifestou a sua solidariedade em relação a José Sócrates, que disse estar a ser vítima da “calúnia”, da “intriga” e da maledicência por parte de quem o pretende envolver a todo o custo no pro-

cesso Freeport. “Pode contar com o Grupo Parlamentar para todos os combates”, afirmou, palavras que motivaram uma grande ovação dos deputados socialistas.

“A sua pessoa tem sido objecto de um dos piores males da sociedade portuguesa”, referiu Alberto Martins, dirigindo-se ao secretário-geral do PS. E especificou que são “males que têm sido definidos na literatura, na poesia e vida portuguesa pela sua dimensão na calúnia, na

intriga, na inveja e mo maldizer”. Estes males, frisou, constituem “um dos cancros portugueses de longa duração”.

Mas, acrescentou, “estamos conscientes que, com a sua liderança, José Sócrates – pessoa de bem, corajosa e justa, iremos encontrar o caminho da dignidade que é nossa, o caminho do progresso que estamos a construir”.

CONCLUSÕES DAS JORNADAS PARLAMENTARES DO GP/PS Prioridade ao emprego e à protecção social

DURANTE os dias 30, 31 de Março e 1 de Abril de 2009, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista realizou em Guimarães as Jornadas Parlamentares sobre “Prioridade ao emprego e à protecção social”, que contaram com a participação dos ministros das Finanças, Teixeira dos Santos, do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva, e dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

A realização destas Jornadas Parlamentares permitiu ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista um contacto directo privilegiado com a realidade do distrito de Braga em diferentes aspectos e abordagens. De facto, os deputados socialistas, organizados por grupos, efectuaram visitas aos 14 concelhos do distrito.

A Inovação em contexto empresarial foi a temática que esteve presente na visita ao concelho de Braga; a Cooperação entre Universidades e Empresas foi o contexto da deslocação a Vizela e Guimarães onde também se tratou da problemática da cultura, do desenvolvimento e das respostas sociais; a cooperação regional e inovação nos sectores tradicionais estiveram presentes na visita a Famalicão; a competitividade e tradição foi a problemática abordada nos concelhos de Barcelos e Esposende; já o tema do desenvolvimento em meio rural esteve no cerne das visitas a Fafe, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto; na Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho os deputados socialistas centram-se nas áreas do artesanato e turismo em espaço rural; finalmente, o grupo que se deslocou a Vila Verde, Amares e Terras do Bouro ocupou-se do tema turismo termal e de montanha e desenvolvimento sustentável.

Entre as principais conclusões dos trabalhos realizados ao longo dos últimos três dias são de destacar as seguintes:

1. Num cenário internacional marcado por uma fortíssima crise financeira e económica, o Governo do Partido Socialista tem vindo a actuar, apoiando as famílias, as empresas e os grupos sociais mais frágeis com respostas adequadas e prontas, sem nunca descuidar a estabilidade do sistema financeiro.
2. Aqueles que por aventureirismo ou obsessão ideológica desvalorizam estas dimensões não estão preocupados com a possibilidade de se verificar uma convulsão social séria.
3. O Grupo Parlamentar valoriza a oportunidade e a adequação do quadro vasto de medidas que tiveram a capacidade de se adaptarem ao desenrolar da crise à medida que esta se foi desdobrando em novas dimensões.
4. Iniciativas que permitiram dar confiança e estabilidade ao sistema financeiro de forma a desbloquear e embaratecer o crédito às empresas e às famílias.
5. O PS é o único partido que tem uma visão clara do que tem ser feito no domínio social. Com efeito, foi o nosso Governo que após o lançamento de um primeiro pacote de medidas sociais anticrise o ano passado quando houve um súbito aumento dos preços de petróleo e das taxas de juros, soube agora reagir com um novo conjunto de medidas

para fazer frente ao actual momento, designadamente: medidas de apoio ao emprego dos jovens e à contratação de trabalhadores com mais de 45 anos, promoção de estágios profissionais e dos contratos sociais de inserção, bem como o alargamento do subsídio social de desemprego. Mais recentemente foram tomadas novas medidas no domínio da habitação, da acção social escolar e de apoio aos idosos através de uma maior compartição nos medicamentos.

6. De facto, ainda há pouco, foram dadas novas respostas, como o provedor do Crédito e a majoração para as despesas com saúde dos pensionistas com rendimentos de pensões inferiores ao salário mínimo.
7. O aumento do número de desempregados e suas consequências no quadro familiar foi objecto de especial atenção, pelo que se inovou através da possibilidade da constituição de moratórias nas prestações do crédito à habitação, ao mesmo tempo que se procedia ao aumento da bonificação dos juros de empréstimos e o reforço da acção social escolar dos seus filhos, como formas de ajudar as pessoas que perderam os seus empregos.
8. Facto é que com o PS no Governo o peso das despesas de solidariedade (transferências sociais não contributivas) passaram de 9% para 10,5% da despesa corrente primária. Hoje, este esforço de solidariedade traduz-se diariamente em 20 milhões de euros que vão ao encontro das necessidades de quem

efectivamente dele precisa, usando critérios de equidade através de mecanismos de discriminação positiva.

9. A par dos referidos apoios às famílias, houve também que dar respostas à economia real com apoios às empresas. Nesse sentido, de forma macro e transversal, avançou-se para uma baixa do IRC para metade, baixa do pagamento especial por conta, e crédito fiscal ao investimento. Para sectores específicos com escala micro foram criadas linhas de crédito, bem como seguros de crédito à exportação. Destaque-se ainda as mais recentes medidas de apoio aos sectores do têxtil, vestuário e calçado.
10. Numa altura de contracção da procura e do investimento privado, cabe ao Estado, intervindo em contraciclo, promover a procura global sobre a economia através das suas despesas, nomeadamente a de investimento público. Assim, aliando resposta conjuntural com estratégia de futuro, investe-se na recuperação do parque educativo, em vias de comunicação que garantem a coesão territorial, na construção de barragens que asseguram um futuro energético sustentável e nas novas tecnologias de informação e comunicação.
11. Os socialistas, ao contrário de outros, estão em linha com aqueles que defendem que se coordene, ao nível da União Europeia, um esforço colectivo de superação da actual crise internacional.

“A prioridade da UGT é defender o emprego”

A defesa de um “sindicalismo de proposição e acção”, tendo como primeira prioridade a “necessidade de vencer a crise e defender o emprego, com solidariedade e justiça social” é a principal linha de rumo que vai marcar os novos mandatos de João Proença à frente dos destinos da UGT e da Tendência Sindical Socialista daquela central. Em entrevista ao “Acção Socialista”, João Proença elogia as “reformas importantes” levadas a cabo pelo Governo, nomeadamente o novo Código Laboral, que “defende melhor os trabalhadores”, e salienta que “os sindicatos são cada vez mais necessários e parte fundamental de uma democracia política, que é também uma democracia participativa”.

A Europa e o mundo inteiro vivem uma enorme crise. Esta crise começou por ser financeira, hoje é económica e muitos receiam que se agrave a sua dimensão social. O que deve ser feito para evitar esse agravamento?

A crise resulta de uma grande desregulação da globalização. A livre circulação de capitais, sem qualquer controlo, tornou o Mundo num gigantesco casino: 85% dos capitais que diariamente circulam não estão ligados a quaisquer pagamento de bens, serviços ou investimentos, sendo puramente especulativos. A prova é que 80% desses capitais vão e vêm em menos de uma semana, apostando contra as moedas nacionais, especulando na Bolsa ou comprando e vendendo empresas, deixando atrás de si miséria e desemprego, criando crises económicas graves, sempre na procura de um lucro fácil.

Mesmo as empresas produtivas deixam de investir para produzir mais e melhor e criar postos de trabalho e preferem o investimento financeiro e o lucro rápido.

É fundamental uma globalização diferente assente numa governação mundial financeira, social e ambiental e não puramente económica.

É indispensável acabar com os paraísos fiscais e taxar fortemente as operações financeiras de curto prazo.

Para tal, deve-se associar a Organização Internacional de Trabalho (OIT) à governação da globalização e obrigar ao respeito pelas oito convenções fundamentais da OIT como condição de acesso aos mercados internacionais.

É fundamental actuar sobre as causas da crise para que a mesma não se repita.

Mas também há que actuar a nível mundial e, sobretudo, a nível da União Europeia e de cada país para reforçar o investimento de

modo a criar postos de trabalho, defender a manutenção dos postos de trabalho, com apoios às empresas que aceitem manter o nível geral de emprego e apoiar os desempregados, face a uma maior dificuldade em obter um novo posto de trabalho.

Por isso, apoiamos em geral as medidas do Governo mas exigimos uma maior participação social na sua execução e o seu necessário reforço, face à dimensão da crise.

Quais os instrumentos que o mundo sindical (quer na sua dimensão internacional quer nacional) dispõe?

O movimento sindical, unido na Confederação Sindical Internacional e na Confederação Europeia de Sindicatos, onde a UGT está filiada, actua no sentido de defender uma globalização diferente e uma resposta rápida das instituições internacionais e dos Governos nacionais, de modo coordenado e com grande preocupação social.

A nível nacional, há que actuar, não só em termos reivindicativos, mas também com grande responsabilidade ao nível das empresas e dos sectores de actividade.

Há que promover a negociação colectiva e os acordos de empresa, de modo a dar uma resposta à crise que maximize o emprego e evite os despedimentos.

É essa a intervenção que a UGT defende e os seus sindicatos tentam aplicar no terreno, evitando actuações irresponsáveis que desestabilizem ainda mais as empresas.

Mas há também que responsabilizar empresários e penalizar fortemente todos os que actuem à margem da lei.

Como recebeu os elogios de José Sócrates no final do V Congresso da TSS/UGT à acção dos sindicalistas socialistas?

A TSS da UGT sempre defen-



deu a autonomia do movimento sindical face ao partido e essa foi sempre, também, a posição do PS.

Sendo a UGT uma organização plural, com decisões tomadas por grandes maiorias, sempre conseguiu assumir uma total independência face aos governos, com todos tendo feito acordos e greves, valorizando o diálogo e a concertação, na defesa dos interesses dos trabalhadores que representamos.

Por isso, valorizamos muito a intervenção do nosso secretário-geral na defesa da independência do movimento sindical face a interesses político-partidários e recusando a instrumentalização e a contestação pela contestação.

Foi reeleito secretário-geral da TSS/UGT e também secretário-geral da UGT. Quais as prioridades de acção que vão marcar estes seus novos mandatos?

A defesa de um sindicalismo de proposição e acção tendo como primeira prioridade a necessidade de vencer a crise e defender o emprego, com solidariedade e sentido de justiça social.

Actuaremos na defesa do trabalho digno, assente num emprego estável e com melhoria dos níveis de educação e de qualificações profissionais, no combate a um modelo assente nos baixos salários, cada vez com menos futuro em Portugal.

O trabalho digno tem também por base a defesa do Estado Social, com uma Segurança Social de base pública e universal, do Serviço Nacional de Saúde e de uma melhor Justiça em geral e, sobretudo, na área laboral.

Queremos uma acção sindical que valorize o diálogo social com mais concertação social, mais negociação colectiva e maior participação na empresa.

Defendemos o combate às desigualdades sociais e à pobreza e exclusão, valorizando não só os rendimentos, mas também a integração por via do trabalho.

Em suma, pretendemos um país mais justo e solidário, com uma melhor distribuição da riqueza criada e uma melhoria significativa dos salários e das pensões, sobretudo os de mais baixo valor.

Defenderemos intransigentemente a sustentabilidade financeira da Segurança Social para garantir um futuro melhor para os actuais pensionistas, mas também para todos os que actualmente trabalham e, sobretudo, para os jovens agora entrados na vida activa.

O Congresso da UGT aprovou uma resolução. Quais as principais propostas contidas nesse documento?

O Congresso aprovou dois documentos muito ambiciosos: a Resolução Programática (Caderno Reivindicativo) e o Programa de Acção, que definem metas para uma UGT mais forte.

Mas foi aprovada também uma Resolução de Urgência sobre algumas medidas de aplicação imediata, para o combate à crise.

Esta Resolução desenvolve-se em torno de três objectivos, sendo o primeiro um maior apoio aos desempregados, com sete medidas concretas, destacando: o acesso à protecção social, nomeadamente dos desempregados sem subsídio

de desemprego, por via de uma formação profissional qualificante, integrada no Programa Novas Oportunidades, com uma bolsa de formação igual ao salário mínimo e a garantia de que todos os licenciados tenham acesso a um estágio remunerado de um ano nos três primeiros anos de desemprego, descontando a bolsa de formação e o estágio para a Segurança Social, de modo a garantir todos os direitos respectivos, incluindo à Segurança Social; uma melhor actuação dos Centros de Emprego, com reforço de 300 técnicos de emprego (50% face aos actuais 600 efectivos), de modo a garantir um melhor atendimento e apoio aos desempregados; uma maior antecipação da idade de reforma para os desempregados subsidiados que não obtenham emprego; um apoio acrescido às famílias com mais de um desempregado.

Em segundo lugar, são propostas nove medidas para defender melhor os postos de trabalho, destacando: a proibição de despedimentos em todos os casos em que não esteja em causa a viabilidade económica da empresa; a proibição de redução de efectivos em todas as empresas apoiadas pelo Estado através das medidas de combate à crise; uma contribuição directa da Administração Pública, Central, regional e Local, na criação e manutenção do emprego; a proibição de distribuição temporária de lucros para os accionistas e gestores em empresas apoiadas ou que recorrem a despedimentos colectivos.

Em terceiro lugar, duas medidas para fazer respeitar a lei: através

da UGT e TSS/UGT

“A nossa acção sindical é o diálogo e a justiça social”

do reforço da actuação da IGT; divulgação pública das empresas que recorram ao lay-off ou aos despedimentos colectivos.

O que é o sindicalismo autónomo e independente, de proposição e de acção, no âmbito do aprofundamento do diálogo social, que defendeu na sua intervenção no final do Congresso?

Um sindicalismo que não se esgote na contestação e também na concertação social, que valorize o diálogo e a negociação e em que os conflitos resultem da defesa de melhores acordos e nunca esteja ao serviço de interesses político-partidários.

A UGT sempre actuou apresentando propostas que defendam os direitos dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida e de trabalho, procurem conciliar a vida de trabalho com a vida familiar e tendo sempre presente que só com boas empresas há emprego estável e de qualidade.

Que balanço faz da acção deste Governo ao longo de quatro anos, em particular no plano laboral?

O Governo promoveu reformas importantes, que preparam melhor o país para os desafios do futuro, com particular preocupação pela melhoria da educação e da formação, sendo de destacar o Programa Novas Oportunidades; com modernização do sistema de relações de trabalho, através de um Código do Trabalho que defende melhor os trabalhadores e as empresas que apostem na negociação colectiva; com uma reforma da Segurança Social que assegura a sustentabilidade futura, com um regime de subsídio de desemprego mais justo; com a maior subida de sempre do salário mínimo nacional, que deve continuar a aumentar dos 450 euros para 500 euros em 2011 e, na proposta da UGT, para 600 euros em 2014; com valorização significativa do abono de família e do complemento solidário para idosos.

O trabalho na área laboral foi muito positivo, independentemente de atrasos na aplicação de algumas medidas ou de deficiências no funcionamento das estruturas consultivas.

Tudo resultou muito do empenhamento do primeiro-ministro, mas a sua aposta na concertação social não teve o devido seguimento a nível sectorial, de que é exemplo negativo o sistema de avaliação dos professores, que é indispensável

para valorizar o mérito e melhorar o sistema educativo, mas em que não houve o necessário diálogo para chegar às soluções adequadas.

O necessário combate ao défice do Orçamento de Estado também teve consequências negativas para os trabalhadores da Administração Pública, incluindo os da Educação, o que provocou legítimos descontentamentos e tornou mais difícil a celebração de acordos.

Que importância têm para os trabalhadores os acordos assinados pela UGT e as confederações patronais com o Governo, em sede de concertação social?

São acordos estruturantes para as relações de trabalho e para a defesa do Estado Social.

Os acordos tripartidos traduzem compromissos que não são de soma zero (os que uns ganham é igual ao que os outros perdem), mas traduzem antes resultados positivos para cada uma das partes envolvidas e para os interesses legítimos que defendem e são sobretudo positivos para o país, na defesa da dimensão social em áreas centrais para os trabalhadores.

No âmbito dos pacotes anti-crise que o Governo tem vindo a apresentar, que medidas acha que poderiam também ser implementadas visando a defesa do emprego e o combate aos abusos que certos empresários têm feito a pretexto da crise?

A UGT tem defendido a necessidade de reforço das medidas, privilegiando aquelas têm maior efeito positivo sobre o emprego e a melhoria da protecção social dos desempregados.

Nem todas as empresas estão em crise, sendo de exigir uma co-responsabilização de todos os empresários na resposta à crise.

É sobretudo necessário dar confiança no futuro àqueles que sentem ameaçado o seu posto de trabalho ou que foram mais atingidos pela subida, irresponsável, das taxas de juro por parte do Banco Central Europeu.

O Governo tem tomado aqui medidas positivas mas urge que as mesmas, incluindo os investimentos públicos (sobretudo na área social), entrem rapidamente em execução plena, de modo a inverter a situação de rápido crescimento de desemprego a que estamos a assistir nos primeiros meses de 2009.

Há que penalizar fortemente os empresários que actuam ou actuaram à margem da lei, na banca

como nas empresas produtivas de bens e serviços, quer por via de sanções e actuação dos tribunais, quer em termos de uma maior condenação pública do comportamento de alguns, que apenas se preocupam com os lucros imediatos.

E aqui também há que ter presente uma justa distribuição dos sacrifícios, sendo chocante o comportamento de muitos gestores, incluindo os do sector público.

Quais os principais aspectos positivos que destacaria no novo Código do Trabalho, que a UGT assinou?

A UGT assinou um Acordo sobre a Modernização das Relações de Trabalho, incluindo não só a legislação de trabalho, mas também as políticas de emprego e de protecção social.

O Acordo enquadrou a revisão do Código do Trabalho, tendo como pontos fundamentais o reforço da negociação colectiva, o

“Actuaremos na defesa do trabalho digno, assente num emprego estável e com melhoria dos níveis de educação e de qualificações profissionais, no combate a um modelo assente nos baixos salários, cada vez com menos futuro em Portugal”

combate à precariedade e a defesa do Estado de Direito.

Com este Código foi possível travar a reivindicação de muitos empresários que pretendiam mexer nos motivos de despedimento, não havendo aqui qualquer alteração. Foi também possível alargar significativamente a fixação dos mínimos para a negociação colectiva.

É por isso para nós incompreensível que alguns defendam a não entrada em vigor do novo Código do Trabalho, com a consequente manutenção do Código de 2003. Será que alguém defende que este Código não é melhor do que o de 2003 ou confundem-se desejos com realidades?

É evidente que sempre nos continuaremos a bater por melhorias da legislação de trabalho, que são sempre possíveis, na devida conciliação dos interesses dos trabalhadores com a melhoria do funcionamento das empresas, que defenda melhor

o emprego e a sua qualidade, mas recusando sempre uma prática autoritária e de recusa do diálogo na empresa.

As medidas nele contidas são suficientes para combater o flagelo do trabalho precário, que tem a sua expressão mais grave na proliferação dos falsos recibos verdes?

Há várias medidas de combate à precariedade no Código do Trabalho, nomeadamente na diminuição da duração dos contratos a prazo, na sua contagem para efeitos do período experimental, na proibição de contratação a termo pelas grandes empresas nos novos estabelecimentos, no combate ao trabalho temporário ilegal ou remunerado abaixo do fixado na negociação colectiva, numa melhor definição do que é o falso trabalho independente (recibos verdes) e também do reforço das sanções laborais.

Mas é evidente que tais medidas legislativas têm que ser complementadas por outras, também contidas no Acordo Tripartido sobre a Modernização das Relações de Trabalho, nomeadamente a nível da Protecção Social, dos incentivos ao trabalho permanente e do reforço dos meios humanos da Autoridade para as Condições de Trabalho/IGT.

O combate ao trabalho precário ilegal tem que ser prosseguido com determinação, mas temos também que diminuir o nível de precariedade legal, que é claramente excessivo e põe em causa a aposta na melhoria das qualificações.

Que comentário lhe merece as críticas que a direita e alguns *opinion makers* desta área têm vindo a fazer ao investimento público como motor do relançamento da economia e consequente criação de emprego?

É uma crítica claramente inconsequente e que, por isso, tem mudado ao longo do tempo: de uma crítica cega ao investimento público (o país de tanga), passamos para um discurso de defesa do investimento das PME's, desvalorizando os grandes investimentos.

Para tal muito contribuíram as decisões da generalidade dos países e da própria UE, no sentido de promover de modo coordenado o investimento público como instrumento indispensável para melhorar o consumo e criar postos de trabalho.

Para nós, o importante é decidir bem sobre o investimento que entre imediatamente em execução,

privilegiando as pequenas obras que têm maior efeito sobre o emprego, particularmente na área social (escolas, creches, centros de terceira idade, recuperação da habitação nos centros urbanos, ...), mas também em maiores investimentos nas energias renováveis e nas infra-estruturas rodoviárias, que têm um efeito decisivo em dezenas de pequenas empresas subcontratadas.

Quanto às decisões sobre os chamados investimentos estruturantes (TGV, aeroporto...), as mesmas não têm directamente a ver com o combate à crise porque nunca entrarão em execução em 2009/inícios de 2010, mas são fundamentais para o futuro, razão por que devem ser decididos no quadro duma necessária análise custo-benefício.

Assiste-se em Portugal a uma crescente diminuição do número de trabalhadores sindicalizados. Qual a explicação para este fenómeno e como se pode invertê-lo?

O número de trabalhadores sindicalizados globalmente tem vindo a aumentar, embora muito lentamente, mas muitos Sindicatos têm vindo a perder associados devido à diminuição do emprego em vários sectores, às reestruturações empresariais e até ao facto do valor da quota fazer falta em tempo de crise.

Em época de crise acentua-se a individualização das relações de trabalho, mas também há solidariedade reforçada e o reconhecimento do papel fundamental dos Sindicatos na defesa do emprego.

Com a saída por reforma ou desemprego de muitos trabalhadores, também muitos sindicatos perdem quotização, mesmo quando cresce o número de associados, face aos diferentes valores das quotas pagas.

É evidente que a precariedade afecta os níveis de quotização, afectando sobretudo os mais jovens que agora começam a trabalhar.

Mas é também fundamental o reforço da actividade sindical nos locais de trabalho e uma maior atenção às campanhas de sindicalização, mesmo que com as dificuldades inerentes aos comportamentos anti-sindicais de muitos empresários.

Mas não temos dúvida em afirmar que os Sindicatos são cada vez mais necessários e parte fundamental de uma democracia política, que é também uma democracia de participação.

TSS/UGT em defesa do Estado Social e do trabalho digno

O Congresso da TSS/UGT aprovou por unanimidade uma resolução. Quais as principais propostas contidas nesse documento?

A resolução aprovada pela TSS/UGT desenvolve-se em quatro áreas: vencer a crise; defender o Estado Social e o trabalho digno; a TSS e as próximas eleições políticas; e defender a UGT e os sindicatos democráticos.

A TSS/UGT aprovou um conjunto de reivindicações sobre o combate à crise, a nível nacional e internacional, apoiando as medidas que vem sendo tomadas pelo Governo, que precisam de ser rapidamente executadas e reforçadas, tendo em vista a dimensão da crise.

A Tendência considerou fundamental que as políticas futuras tenham por base a defesa do Estado Social, em particular com um melhor funcionamento dos serviços públicos e a continuação da aposta que vem sendo feita na educação e na formação.

Para a TSS/UGT, é muito importante o desenvolvimento das políticas de emprego e a defesa da qualidade do emprego e das políticas de diálogo, negociação e concertação.

A Tendência manifestou todo o seu empenhamento no apoio ao PS nas próximas eleições, desenvolvendo o que considera serem as bases fundamentais para o Programa de Governo e o Manifesto às Eleições Europeias.



Também foram definidas as bases de intervenção da TSS no próximo Congresso da UGT, como

central sindical democrática, que exprime a voz dos trabalhadores, num permanente diálogo a todos

os níveis e com recusa de subordinação a projectos partidários ou de governos.

LISTA DOS ÓRGÃOS TSS/UGT	António Tojo SINDEP	Francisco Fortunado SINDEFER	Luís Azinheira SITESE	Suplentes	Conceição Lousada SINDEP	Manuel Camacho SBSI
Secretário-Geral	Augusto Guedes SNE	Francisco Negrões SINDEQ	Manuel da Silva SINDELTECO	Oscar Antunes SITEMA	Cristina Ferreira FNE	Manuel Diniz MODERP
João Proença	Carlos Marques STAS	Gameiro Jorge SINAFE	Manuel Jerónimo MODERP	Jaime Santos Silva SQAC	Fernando Fraga SINTAP	Manuel Pereira de Lemos SETACCOP
Secretariado Nacional	Carlos Silva SBC	Helena André CES	Maria Amélia Alves SINDELCO	Vanda Madeira SINAPE	Filipe Oliveira Martins SNPVAC	Maria da Graça Guia SITESC
Efectivos	Catarina Albergaria SBSI	Inês Drummond SNPVAC	Matilde Mira SETAA	Manuel Marques SINDEPESCAS	Helena Marques SBC	Maria de Fátima Martins SITESE
Delmiro Carreira SBSI	Cecília Baceira SINDEL	Jacinto Martins SINDECES	Osvaldo Pinho SINDEQ	António Salgado SINDAV	Helena Pavão SINTAP	Raquel Noronha MODERP
Alexandre Delgado SITEMAQ	Clara Quental SBN	João Figueiredo SMAV	Paula Bernardo SE	Fernando Cabrita Silvestre SINFA	Isabel Velada SBN	Silvino Esteves Correia SITRA
Alice Martins SBSI	Cristina Vigon SNPVAC	Joaquim Martins SETACCOP	Paulo Alexandre SBSI	Paulo Silva SPZN	Joaquim Oliveira SBN	Teresa Seabra SBSI
Aníbal Ribeiro SBC	Custódia Fernandes SITESE	Jorge Nobre dos Santos SINTAP	Sérgio Monte SITRA	Joaquim Barreira SINAPSA	José Luís Resende SBSI	Vanda Cruz SNE
António Brás SBN	Domingos Paulino SITRA	José Abraão SINTAP	Victor Hugo Sequeira SITESE	António Cardoso Lopes SINDEL	José Manuel Rodrigues SINDELCO	Vítor Manuel Boal SITESE
	Dulce Medley STAS	José Viana SITESC	Vítor Duarte SINDEL	António Pernica SETAA	Luís Dias STAS	
	Firmino Marques SBN	Luciana Nelas SETAA				



Apresentação

O curso pretende proporcionar uma formação introdutória e geral sobre as várias dimensões do processo de construção europeia, através de abordagens técnicas e políticas que forneçam aos participantes um melhor conhecimento acerca da identidade, das regras, das dinâmicas e dos desafios da União Europeia.

Metodologia

Duas conferências e três módulos práticos, ao longo de cinco semanas.

Programa

1 – A Singularidade da União Europeia
Conferência de Abertura. 29 de Abril, 18.30h, Assembleia da República
Conferencistas: Alberto Martins (Presidente do Grupo Parlamentar do PS) e Augusto Santos Silva (Fundação Res Publica)

2 – A Europa Política

Formadora: Margarida Marques (Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal)
5 e 7 de Maio, das 20h às 22h, Centro Jean Monnet, Representação da Comissão Europeia em Portugal

3 – As Políticas da Europa I

Formadores: Carlos Zorrinho (Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa) e Arminda Neves (Coordenadora Nacional

Adjunta da Estratégia de Lisboa) 12 de Maio e 14 de Maio das 20h às 22h, Centro Jean Monnet, Representação da Comissão Europeia em Portugal

4 – As Políticas da Europa II

Formadores: Carlos Zorrinho (Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa) e Arminda Neves (Coordenadora Nacional Adjunta da Estratégia de Lisboa) 19 e 21 de Maio, das 20h às 22h, Centro Jean Monnet, Representação da Comissão Europeia em Portugal

5 – O Futuro da União Europeia

Conferência de Encerramento.
Conferencista: António Vitorino (Presidente da Fundação Res Publica) 26 de Maio às 18.30h, Assembleia da República

Nota

As conferências serão abertas não só aos formandos, mas também à Comunicação Social e aos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Inscrição

Número de vagas: 50 pessoas

Candidatura: Os candidatos que já frequentaram outro(s) curso(s) devem enviar apenas um email com a indicação de que também pretendem participar neste III Curso. Se ainda não frequentou nenhum curso da Res Publica envie o seu CV para geral@fundacaopublica.pt.

Matrícula: 40 euros

Pagamento: Por transferência bancária para a Conta da Fundação, de acordo com informação enviada no e-mail de confirmação da aceitação da candidatura.

SOLAR TÉRMICO UMA OPORTUNIDADE PARA TODOS

1. Em que consiste a medida para o consumidor?

O consumidor poderá adquirir um produto “chave-na-mão”, que inclui um sistema completo de painéis solares e equipamento acessório, a sua instalação, uma garantia de seis anos e um serviço de manutenção com uma visita anual durante seis anos, tudo a um custo muito competitivo, parte do qual compartilhado a fundo perdido pelo Estado.

Adicionalmente, caso opte por recorrer a crédito para pagar o montante não participado pelo Estado, o consumidor beneficia ainda de condições preferenciais de crédito junto das Instituições Financeiras que aderiram à medida.

2. Quais as vantagens deste modelo para o consumidor?

Os equipamentos custam cerca de metade, face ao preço normal de venda ao público.

Esta redução é conseguida, em 20%, por via do efeito de escala (resultantes das negociações em bloco com os fornecedores) e, em 45%, pela participação pública dos cerca de 100 milhões de euros (financiada pela Estado a fundo perdido no âmbito da Iniciativa Investimento e Emprego).

O consumidor conseguirá uma poupança superior a duas vezes o valor que investiu, durante a vida útil do equipamento (20 anos).

A esta vantagem acrescem os benefícios fiscais em sede de IRS.

3. Quanto poupo se instalar um painel solar térmico?

Um sistema bem dimensionado permite poupar, em média, 70% a 80% da energia necessária para o aquecimento de água que usamos em casa.

4. Quando terei retorno do investimento num painel solar térmico?

Dependendo da dimensão e do uso da instalação, o painel solar térmico é amortizado mais de seis a sete anos. Considerando o incentivo existente, o tempo de retorno poderá ser de apenas quatro anos.

5. Estão previstos benefícios fiscais no IRS?

Sim, estão previstos benefícios fiscais no IRS. São dedutíveis à colecta, desde que não susceptíveis de serem considerados custos na categoria B, 30% das importâncias despendidas com a aquisição de equipamentos solares novos, com o limite máximo de 796 euros. Esta informação não dispensa a consulta do código do IRS.

6. Quem se pode candidatar a estes benefícios?

Qualquer consumidor particular está abrangido por esta medida, quer pretenda instalar numa habitação unifamiliar (vivenda) ou num prédio, este último caso desde que com a autorização do condomínio.

A obrigação legal de instalação de painéis solares na “nova habitação” também pode estar abrangida desde que a construção em causa seja levada a cabo por particulares.

7. Qual a influência dos painéis solares térmicos nos certificados energéticos?

Uma habitação com painéis solares térmicos tem melhores condições de obter um bom resultado numa certificação energética quando comparada com a mesma habitação mas sem colectores.

8. Até quando poderei comprar um sistema solar térmico com as condições anunciadas pelo Ministério da Economia e da Inovação?

Poderá comprar um sistema solar térmico com as condições referidas até 31 de Dezembro de 2009, ou até se esgotar o plafond da participação prevista pelo Estado, num total de cerca de 100 milhões de euros.

9. Os clientes podem escolher entre as marcas dos equipamentos?

Sim.

10. Quem são os fornecedores?

Qualquer fornecedor pode ser considerado como entidade apta para garantir o fornecimento de sistemas de painéis solares, a sua instalação e a sua manutenção desde que preencham os requisitos predefinidos.

instalação de energia solar térmica. Nas zonas do Alentejo e Algarve a radiação solar atinge níveis ainda mais elevados.

14. Posso cancelar a encomenda?

Sim, até sete dias antes da data de instalação.

15. Qual a diferença entre o sistema termosifão e o sistema de circulação forçada?

O sistema termosifão é composto por um depósito por cima do painel, o investimento é mais baixo e a instalação mais simples. Funciona de forma autónoma, sem recurso a bomba auxiliar.

O sistema de circulação forçada tem um rendimento superior e prevê um depósito no interior do edifício. Para quem se preocupa com a estética do painel e do edifício, é uma boa solução, dado que possibilita uma melhor integração arquitectónica.

16. Ainda preciso de gás ou electricidade depois de adquirir um painel solar térmico?

Sim, mas só como apoio ao sistema solar. O sistema será instalado dando prioridade ao Sol garantindo que toda a energia gratuita é aproveitada permitindo assim que a redução possa atingir os 80% (considerando

Os sistemas solares térmicos são feitos para durar cerca de 20 anos, com poupança de energia e cuidando do ambiente. Contudo, necessitam de uma manutenção preventiva anual, para que durem o tempo previsto sem perderem eficiência.

20. Os painéis solares térmicos são certificados?

Todos os equipamentos estão devidamente certificados pela SolarKeymark/Certif de acordo com as exigências internacionais.

21. Os instaladores que irão proceder à instalação são certificados?

Todos os instaladores responsáveis pela instalação dos equipamentos disponíveis, possuem certificado de aptidão profissional (CAP) reconhecido pela Direcção-Geral de Energia e Geologia.

22. Qual o prazo de garantia e qual o valor a pagar após a expiração da mesma?

O prazo de garantia para todos os equipamentos será de seis anos.

23. A solução apresentada inclui manutenção?



Uma vez consideradas aptas, as marcas disponibilizadas por estas entidades passam a ser disponibilizadas ao consumidor final.

11. Será possível o cliente escolher o instalador?

A instalação é da responsabilidade do fabricante, cabendo a este a contratação de um instalador certificado, de acordo com a bolsa de instaladores própria.

12. Vivo num prédio. Posso instalar o painel solar térmico?

Sim, tecnicamente é possível. Poderá fazê-lo desde que tenha o acordo dos outros condóminos.

13. Vivo numa zona do país que não tem muito sol. Faz sentido instalar um painel solar térmico?

Portugal, independentemente da região, é um dos países da Europa com melhor recurso solar, sendo sempre vantajosa a

um ano de utilização) e que durante os meses de Verão a energia de apoio (gás ou electricidade) não seja sequer consumida.

17. Durante o Inverno, se a temperatura da água quente do painel não for suficiente, posso usar o meu esquentador actual para garantir o resto do aquecimento?

Sim, o sistema será instalado prevendo essa situação, e o esquentador entrará em funcionamento automaticamente gastando apenas o gás necessário em cima da água pré-aquecida, para atingir a temperatura pretendida.

18. Em dias com pouco Sol ou no Inverno os painéis solares térmicos funcionam?

Sim. Em média, a energia solar disponível no Inverno fornece cerca de 60% das necessidades. Quando não há Sol suficiente, o sistema de apoio entra em funcionamento.

19. Qual o tempo de vida dos painéis solares térmicos?

A manutenção preventiva está garantida durante o período de garantia (seis anos).

24. O que é que inclui a visita para manutenção anual dos produtos?

Entre outros aspectos, limpeza dos colectores, verificação do equipamento e de um conjunto de parâmetros, mão-de-obra e renovação de líquido solar, se necessário.

25. Quais os efeitos positivos para a economia nacional?

O Governo definiu como objectivo para 2009 a instalação de 250 mil metros quadrados (m²) de painéis solares térmicos em mais de 65 mil habitações (o que é equivalente a cerca de quatro vezes mais da área anual instalada em 2007 e 2008). Espera-se a criação de cerca de 2500 postos de trabalho: entre 100 e 150 por fornecedor na área da produção de painéis e outros equipamentos; e entre 1800 e 2200 nas áreas de instalação e manutenção).

Paulo Pedroso lança candidatura por Almada

A CANDIDATURA a Almada constitui para Paulo Pedroso “uma nova etapa” e “o maior desafio político” da sua vida. Por isso está disposto a dedicar-se totalmente ao projecto durante os próximos oito anos, “se os cidadãos de Almada assim o entenderem”, conforme garantiu, no passado dia 5 de Abril, na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense.

Na sessão pública de lançamento da sua candidatura autárquica, Pedroso afirmou que “em Almada ninguém tem medo”.

Discursando perante uma vasta assistência, e numa referência óbvia ao processo Casa Pia, o candidato garantiu que “nenhuma difamação nos travará” e que está “em condições de abraçar este projecto de futuro e contribuir para a realização da democracia a nível local”.

Depois de considerar que o PCP – há 35 anos no poder em Almada – “não tem as pessoas em devido valor, a começar pelos seus próprios militantes”, Paulo Pedroso comprometeu-se a “fazer tudo para pôr a funcionar o que está mal feito”, assegurando, porém, que nada fará “para estragar o que funciona bem”.

Para Pedroso, “o modelo de gestão que Almada teve está esgotado” e este é “o momento de preparar o concelho para ser uma grande cidade do Sul do Tejo”, sendo urgente “revogar o plano de mobilidade, que falhou, bem como investir nas acessibilidades dentro do concelho



e apostar na segurança e na coesão social”.

Sobre as razões da sua candidatura, disse que estava assim a responder afirmativamente “a um desafio lançado pela direcção nacional e pela Concelhia de Almada do Partido Socialista”, salientando que conta com apoios para o seu projecto autárquico “dentro e fora

do PS”, nomeadamente do primeiro-ministro.

Foi com recurso ao vídeo que José Sócrates, ausente na Cimeira da NATO em Praga, disse acreditar na candidatura de Paulo Pedroso, considerando que ela consubstancia “um projecto de futuro para Almada” e descreveu Pedroso como um político “competente, com grande

capacidade” e com “provas dadas no Governo”.

Também Mário Soares deixou a sua mensagem vídeo de apoio ao candidato socialista à Câmara de Almada, referindo ter “grande admiração” por Paulo Pedroso por este ser um homem “lúcido, inteligente, corajoso”.

Já Ana Paula Vitorino, secretá-

ria de Estado dos Transportes, juntou-se ao encontro socialista para apoiar o seu “amigo e camarada” e afirmou que Paulo Pedroso é o “melhor candidato” e irá ser o “melhor presidente” da Câmara Municipal de Almada, ao mesmo tempo que desferiu um fortíssimo ataque à gestão comunista da autarquia.

Sobre as qualidades de Pedroso, referiu que o conhecia bem e que “é preciso ser-se muito especial porque só um grande político como ele, depois de tudo o que passou, colocaria a sua vida ao serviço dos cidadãos”, disse a governante.

De igual modo, a eurodeputada Ana Gomes fez questão de estar presente na Incrível Almadense para apoiar e abraçar um homem que admira “como político e como pessoa”.

Para a eurodeputada, o candidato por Almada foi “miseravelmente tratado” e, no entanto, é um dos políticos de “maior qualidade” deste país. M.R.

Teresa Almeida assume paixão e ambição por Setúbal

“PAIXÃO por Setúbal” é o lema da candidata socialista Teresa Almeida, que assumiu “uma nova ambição” para a Câmara de Setúbal.

Falando na sessão apresentação da sua candidatura, Teresa Almeida assumiu o trabalho desenvolvido enquanto vereadora do Urbanismo durante a gestão de Mata Cárceres, garantiu “empenho” e “determinação” para fazer de Setúbal “uma cidade amiga, segura, limpa, organizada, ordenada e com qualidade de vida”.

E lembrou, a propósito, muitas das obras deixadas pela anterior gestão socialista, como, por exemplo, as estações de tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos, escola profissional, espaços verdes e equipamentos sociais e desportivos construídos por toda a cidade.

“Essa foi a marca distintiva do PS”, disse Teresa Almeida, em contraponto, frisou, à “incapacidade manifestada pela CDU para gerar soluções e projectos sustentáveis para o desenvolvimento de Setúbal”.

“Não me resigno, nem poderia resignar-me”, afirmou a candidata socialista perante várias centenas de apoiantes, incluindo artistas e personalidades independentes, além de dirigentes nacionais e locais do PS, como Augusto Santos



Silva, Eduardo Cabrita, Vítor Ramalho, Pedro Marques, Joel Hasse Ferreira e Luís Gonelha.

Numa intervenção, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, lembrou que conhece Teresa Almeida há muito tempo e que se habituou a “admirá-la quer como profissional, quer como cidadã”, considerando ser “essencial uma mudança” na autarquia de Setúbal, que disse ser também uma “questão de saúde democrática”.

Por outro lado, Augusto Santos Silva sublinhou ainda que as próximas eleições autárquicas vão ter a maior participação feminina nas listas eleitorais, devido à lei da paridade apresentada e aprovada pelo PS. J. C. C. B.

Candidato do PS à Câmara de Valongo aposta no ambiente

“O AMBIENTE será uma das áreas-chave da minha gestão e do programa político local do PS. Já se perdeu muito tempo. Estamos ainda a tempo de inflectir modelos e intervenções”, afirmou Afonso Lobão, candidato do PS à presidência da Câmara de Valongo.

Neste sentido, um grupo de jovens acompanhou Afonso Lobão, numa visita à aldeia de Couce, situada nas fraldas da Serra de Santa Justa, iniciativa que pretendia assinalar o Dia Mundial da Árvore.

Os socialistas de Valongo consideram que as políticas municipais no domínio do ambiente, em termos de futuro do concelho, “fundar-se-ão num diagnóstico ambiental integrado, elaborado através do diálogo com os valongueses, os organismos locais e as empresas”

“Já se faz muito mal ao



concelho e as agressões ao ambiente são visíveis por todos. Quem passa na auto-estrada e olha em redor constata esta triste realidade”, afirmou Afonso Lobão, defendendo ser “urgente inverter a situação, pois as opções erradas que a Câmara Municipal tomou, ao longo do tempo, estão a prejudicar bastante a atractividade do nosso concelho em termos ambientais, paisagísticos e de

qualidade de vida”.

Segundo o candidato do PS, “Valongo, pelas características do seu território, devia ser o concelho verde, o concelho ecológico”, acusando o actual Executivo de maioria PSD liderado, há 16 anos, por Fernando Melo, de “andar, à última hora, a disfarçar os erros cometidos, demolindo prédios, depois de terem consentido a sua construção”.

Abrantes quer apostar na inovação e no desenvolvimento tecnológico

A CONCELHIA do Partido Socialista de Abrantes organizou no passado dia 28 de Março uma convenção autárquica subordinada ao tema “Fórum de Participação – PS por Abrantes”, iniciativa que contou com uma larga participação de militantes e de simpatizantes.

Os trabalhos deste encontro foram divididos por sete grupos, que serviram para abordar temas tão variados como a inovação e o desenvolvimento tecnológico; identidade competitiva no contexto regional; valorização e qualificação ambiental; conhecimento, educação e formação; governo electrónico e modernização administrativa; cidadania activa, qualificação da democracia local e igualdade e ainda um painel dedicado aos temas culturais, desportivos e ao turismo.

Já na parte final deste encontro, os vários grupos apresentaram as suas conclusões, materializadas em propostas concretas e em projectos-âncora para o concelho.

Este “Fórum de Participação – PS por Abrantes” contou ainda com a presença dos dirigentes nacionais Vieira da Silva



e Jorge Lacão, respectivamente responsável pela coordenação da campanha autárquica do PS, e cabeça-de-lista à Assembleia Municipal, da candidata à Câmara Municipal, Maria do Céu Albuquerque, mas também de Paulo Fonseca, presidente da Federação de Santarém, e de Isilda Jana, líder da Concelhia.

Depois de fazer a história recente do programa de acção do PS rumo às próximas eleições autárquicas, a líder da Concelhia valorizou o trabalho que se tem vindo a desenvolver desde o anúncio dos nomes dos candidatos, quer à Assembleia Municipal, quer à Câmara Municipal, para acentuar que o momento é sobretudo

dedicado à constituição das equipas nas freguesias.

Para a candidata socialista à Câmara de Abrantes, este fórum representou, desde logo, como acentuou, um importante começo para projectar o futuro, defendendo que iniciativas como estas “devem ter continuidade”, uma vez que contribuem “para o enriquecimento do próprio projecto socialista”.

Também Jorge Lacão usou da palavra para se congratular com a escolha da candidata do PS à Câmara Municipal de Abrantes, referindo o seu “inequívoco apoio” a Maria do Céu Albuquerque.

Lacão enfatizou, por outro lado, que os socialistas são os

únicos que até ao momento foram capazes de apresentar uma linha de rumo sustentada num pensamento estratégico face ao futuro de Abrantes, com destaque para a inovação, “numa lógica de modernidade” que permita a este município colocar-se na vanguarda de uma gestão autárquica empenhada em criar qualidade de vida e bem-estar para as suas populações.

Também Vieira da Silva destacou, por um lado, a forma “coesa, inteligente e mobilizadora” com que os socialistas de Abrantes têm vindo a preparar o combate eleitoral, e, por outro lado, realçou a forma responsável como o Partido Socialista, de norte a sul do país, tem sabido enfrentar e “dar as respostas necessárias face à crise que estamos a viver”.

Responsabilidade, eficácia e empenhamento são, para Vieira da Silva, algumas das principais características da coerência governativa, defendendo, por isso, “que é preciso não perder o rumo do trajecto de modernização do país”, e “nunca baixar a ambição no combate às desigualdades”. R.S.A.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

Para a oposição, o Governo deveria baixar os braços e calar a boca perante os problemas vividos em Portugal e no mundo

INÉRCIA E SILÊNCIO!

PARECE-ME perfeitamente natural que um Governo eleito democraticamente tenha como função a tarefa de governar. Na verdade, quando os portugueses foram a votos em Fevereiro de 2005, fizeram-no na certeza de que estavam a escolher um Governo que asseguraria a condução dos destinos do país ao longo de uma legislatura.

Por outro lado, parece-me igualmente evidente que o Governo, ao longo da sua acção, tenha a necessidade e até o dever de justificar as suas decisões e de comunicar as suas opções. A população tem, aliás, o direito a essa informação em nome da transparência que se espera em todo o processo governativo.

Embora estes dois aspectos me pareçam naturais e absolutamente evidentes, não o são para muita gente. Senão vejamos.

O PSD e o CDS têm vindo a público adjectivar de “eleitoralistas” muitas das propostas apresentadas e implementadas pelo Governo no âmbito da resposta à crise. Dizem eles que tais propostas, anunciadas em ano eleitoral, têm objectivos que visam apenas ganhar votos e não tanto resolver os problemas das pessoas. Mas, pensemos um pouco no alcance destas acusações! Poderia o Governo de Portugal, face à crise que se vive hoje, anunciar ao país que não pode fazer nada pelas famílias e pelas empresas só porque estamos em ano de eleições? Seria desejável pedir às famílias e às empresas que esperem por Outubro para que o próximo Governo possa tomar medidas em seu favor e em seu socorro? Tem o país condições para perder todos estes meses que antecedem as eleições legislativas? Deveria o Governo ficar quieto?

Já a deputada do Bloco de Esquerda Ana Drago no seguimento do debate quinzenal de na Assembleia da República com o primeiro-ministro, vem sustentar que “na rede social Twitter, o Plano Tecnológico produz comentários e afirmações que se limitam a fazer a defesa das propostas apresentadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates”. Mais: Ana Drago, ignorando o facto do gabinete do Plano Tecnológico ser um gabinete governamental, vem pedir explicações para aquilo que considerou uma “violação do princípio da independência entre o Estado e a Administração Pública”. Mas que democracia é esta defendida pelo Bloco de Esquerda? Nos debates no twitter ou nos blogues, o Governo não pode participar para sustentar, explicar e defender as suas próprias propostas? Para esta esquerda, o Governo deve reduzir-se a assistir ao que alguns vão dizendo através dos meios tecnológicos hoje disponíveis? Deveria o Governo ficar calado?

Ora, estes dois episódios caracterizam bem a nossa oposição. Para a oposição, o Governo deveria baixar os braços e calar a boca perante os problemas vividos em Portugal e no mundo. Para esta oposição, o Governo deveria assistir “quieto e mudo” à falência de empresas, à dificuldade das famílias em enfrentar estes tempos difíceis. Mas percebe-se bem este desejo da oposição em manter o Governo parado e calado. Ou não serão estes dois aspectos, inércia e silêncio, que melhor caracterizam esta oposição?

Miguel Nascimento vence a Concelhia da Covilhã

“ESPERO e desejo contribuir, no quadro de um verdadeiro trabalho colectivo e de militância activa, para que o PS da Covilhã seja um partido forte, coeso e solidário, dinâmico e atraente e também catalizador de vontades e energias”, afirmou o camarada Miguel Nascimento, eleito no dia 4 presidente da Concelhia do PS/Covilhã, com 90,35% dos votos, num acto marcado por uma forte participação dos militantes.

Segundo Miguel Nascimento, “o PS

da Covilhã tem uma história de grande prestígio e uma marca muito forte na cidade e na região”, acrescentando que, neste sentido, conta com todos os militantes do concelho, “para honrarmos esta história e percorrermos, em equipa, um caminho que leve o PS ao sucesso e às vitórias”.

Miguel Nascimento fez ainda questão de agradecer “a disponibilidade manifestada pelos militantes que, abdicando do seu tempo, organizaram estas eleições e



asseguraram a organização das mesmas na cidade da Covilhã e nas freguesias de Teixoso e Cortes de Melo”.

MÁRIO LINO ANUNCIA ABERTURA DA TERCEIRA TRAVESSIA DO TEJO

NA CONVENÇÃO Autárquica do PS/Setúbal, realizada entre os dias 27 e 28 do passado mês de Março, Mário Lino anunciou a abertura do concurso público para a terceira travessia do Tejo (Chelas/Barreiro) e ainda do troço do TGV até ao Poceirão, onde se situará, como recordou, “uma das novas plataformas logísticas”.

Esta reunião dos socialistas do distrito de Setúbal contou com uma larga participação dos militantes e de muitos simpatizantes, que encheram por completo o recinto demonstrando assim a sua disponibilidade para con-

gregarem esforços para os combates eleitorais que se aproximam, e muito particularmente as autárquicas que o PS pretende vencer no distrito.

A sessão foi aberta pelo secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, a que se seguiram as intervenções de Duarte Cordeiro, líder da JS, e do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, cabendo ao titular da pasta das Obras Públicas, Mário Lino, encerrar os trabalhos.

Dos três painéis em que se desdobrou esta Convenção Autárquica do PS/Setúbal, travaram-se debates muito

vivos, já que estiveram em causa um conjunto de questões bastante sensíveis e relevantes para os autarcas da região e para as candidaturas que o PS vai apresentar, nomeadamente em áreas como a gestão local, políticas sociais de proximidade e planeamento urbanístico.

Os militantes reforçaram neste encontro a consciência de que a verdadeira e única alternativa no distrito é a do Partido Socialista, que apresentará para o efeito programas coerentes protagonizados por rostos com provas dadas. R.S.A.

OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Membro da Comissão
Nacional do PS

O Estado cumpriu a sua parte, proporcionando aos agentes desportivos o clima de segurança e estabilidade financeira há muito desejado

QUATRO ANOS DE MUDANÇA NO DESPORTO NACIONAL (1)

PASSADOS quatro anos desde a posse do Governo é tempo de lançar um olhar retrospectivo sobre a sua actuação na área do desporto. Em 2005 todos os dados apontavam para uma situação de “insuficiência da prática desportiva”, realidade que nos colocava na cauda da Europa e era a prova iniludível que a política e o modelo de desenvolvimento adoptados tinham falhado. Era um modelo que apostava em apenas alguns parceiros e em objectivos isolados. Era uma política sem viabilidade financeira, baseada na subsídio-dependência, que aumentou as assimetrias e que não estimulou nem enquadró a iniciativa privada e a dinâmica autárquica. Este estado da arte do desporto justificou e impôs outro rumo e um novo modelo de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, assumiu-se definitivamente a Centralidade Política do Desporto. Assim, no Programa de Governo, o desporto ficou estrategicamente enquadrado na área da “Qualidade de Vida e do Desenvolvimento Sustentável”.

De acordo com o novo modelo realizou-se o Congresso do Desporto (estabelecendo-se um compromisso de responsabilidade partilhada entre o Estado, o movimento associativo, as autarquias e a Escola) e introduziu-se a actividade física no 1.º ciclo do ensino básico.

Fundamental para o desenvolvimento de qualquer política é a sua sustentabilidade financeira. Perante um quadro de ruptura e sem perspectivas de viabilidade do apoio e do financiamento ao sistema desportivo, num contexto difícil, assegurou-se a estabilidade orçamental e a sustentabilidade financeira. Mas não foi um percurso fácil, exigindo medidas duras e alterações profundas. Foi a conjugação de uma política de rigor orçamental e a alteração de modelo de financiamento, adoptadas desde 2005, que permitiram consolidar este caminho. Passou-se a assegurar, sem sobressaltos, com fiabilidade, pontualidade e regularidade o financiamento do sistema desportivo. O Estado cumpriu a sua parte, proporcionando aos agentes desportivos o clima de segurança e estabilidade financeira há muito desejado.

Foram ainda tomadas decisões fiscais reclamadas há dezenas de anos pelos agentes desportivos (como a isenção do IRS para as bolsas atribuídas pelo Estado aos atletas e para as despesas de formação dos árbitros e juizes dos quadros distritais) e introduzidas reformas estruturais no ordenamento jurídico desportivo (como a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e o Regime Jurídico das Federações Desportivas).

Assegurada a sustentabilidade financeira e tendo presente a referida centralidade política, passou-se à acção. Identificaram-se os diversos factores do desenvolvimento desportivo e conceberam-se Medidas específicas para cada um deles, sem nunca se prescindir de uma visão inclusiva e integrada e tendo como objectivo central a generalização da prática desportiva. Desta forma, foram implementadas medidas como “Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas” (que apoiou cerca de 300 clubes e associações desportivas, num investimento de 4,2 milhões de euros), “O Primeiro Relvado” (onde já foram financiados 67 Grandes Campos de Jogos, estando 26 concluídos), “Modernização das Federações Desportivas” (em que foram investidos três milhões de euros, em 48 Federações), “Mini-Campos Desportivos” (através da qual se investiram 2,7 milhões de euros, em 220 equipamentos) e “Centros de Alto Rendimento” (com um investimento de cerca de 50 milhões de euros, em mais de uma dezena de CAR, que servem 19 modalidades). Esta aposta na generalização da prática desportiva foi ainda reforçada pela promoção do Programa Nacional de Marcha e Corrida (em conjunto com os municípios, o movimento associativo e a universidade) e pela execução da Carta Nacional das Instalações Desportivas (assinada por todos como uma prioridade estratégica para a política de instalações desportivas).

Foram quatro anos de profunda transformação do desporto português, em que se apostou numa agenda política forte e de afirmação do papel da administração pública desportiva, no trabalho em equipa com todos os agentes do fenómeno desportivo e na sua co-responsabilização. Podemos pois afirmar com propriedade que por aqui passou “A Força da Mudança”!

INICIATIVA

José Sousa candidata-se a Portalegre

JOSÉ Escarameia de Sousa, candidato do PS à presidência da Câmara de Portalegre, é uma personalidade independente, um gestor de topo oriundo da sociedade civil, que tem como objectivo central dar um novo rumo de modernidade e progresso ao concelho.

Licenciado em Gestão pela Universidade de Évora, José Escarameia de Sousa participou ao longo da sua vida profissional em múltiplas acções de formação, seminários e estágios, com enfoque na área da gestão e de desenvolvimento de competências sociais e humanas.

Possui um currículo notável ao nível empresarial, tendo exercido as funções de director financeiro da empresa francesa Fromageries Bel Portugal (ex-Lacto Ibérica), foi vogal do Conselho de Administração da Lacticínios Loreto, director financeiro da Hoechst Fibras (ex-Finicisa-Fibras Sintéticas), e durante quatro anos desempenhou as funções de auditor externo na multinacional Ernst & Young, tendo no âmbito desta



actividade trabalhado em diversas empresas internacionais, como a Nestlé, Tetrapack, L'Oréal, entre outras.

Mas o candidato do PS ao município de Portalegre teve sempre também uma intensa actividade cívica, tendo pertencido a diversas associações socioculturais e desportivas. Foi presidente do Con-

selho Fiscal do Clube de Natação de Portalegre, vogal do Conselho Fiscal da Fundação Robinson, vice-presidente da Associação de Pais do Colégio Diocesano de S. António de Portalegre, e é associado da Cerci Portalegre, dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, do Desportivo Portalegrense e do Estrela de Portalegre. **J.C.C.B.**

Mário Marques quer dar novo dinamismo a Sousel

DAR “um novo dinamismo” a Sousel é o objectivo central do candidato socialista à presidência da Câmara Municipal, nas autárquicas deste ano, o empresário Mário Marques, 51 anos, que é presidente da Concelhia socialista e integra a Federação Distrital de Portalegre do PS.

Referindo que “o concelho está estagnado, com as empresas que fecharam” perante a inércia da autarquia, Mário Marques afirma que pretende, caso seja eleito, “motivar os empresários a investir em Sousel”, já que, explica, “o concelho tem condições, precisa é de pessoas credíveis



a gerir a Câmara.”

Por outro lado, a secretária de Estado dos Transportes e dirigente nacional do PS, Ana Paula Vitori-

no, vai encabeçar a lista do nosso partido à Assembleia Municipal de Sousel.

Mário Marques sublinhou que Ana Paula Vitorino tem raízes que a ligam à região, visto que os seus pais são naturais da vila

de Cano, no concelho de Sousel e é também uma conhecedora da actual realidade local, já que se desloca frequentemente a este concelho. **J.C.C.B.**

António Patinho é o candidato socialista a Serpa



O VEREADOR socialista na Câmara Municipal de Serpa António Patinho Pereira é o candidato do PS à presidência daquela autarquia do distrito de Beja nas eleições autárquicas deste ano, segundo anunciou, no passado dia 31 de Março, a Concelhia local do partido.

Patinho Pereira, que repete a candidatura que liderou nas autárquicas de 2005, tem 46 anos e é licenciado em Ensino e mestre em Ciências da Educação.

O candidato socialista é também presidente da Comissão Política Concelhia de Serpa do PS e vice-presidente do Conselho Executivo da Escola Básica do 2º e 3º ciclos Abade Correia da Serra, em Serpa. **M.R.**

Rui Teixeira escolhido para reconquistar Pinhel



O MÉDICO Rui Teixeira, actual director do Centro de Saúde de Pinhel, foi escolhido pelo PS local para encabeçar uma candidatura vitoriosa à presidência da Câmara Municipal nas próximas autárquicas.

Em comunicado, a Comissão Política Concelhia de Pinhel do PS refere que Rui Teixeira foi votado unanimemente.

Para o presidente da Federação Distrital do PS da Guarda, José Albano Marques, Rui Teixeira é o candidato certo para a reconquista da Câmara Municipal de Pinhel ao PSD, na medida em que é uma pessoa bastante dedicada à causa pública e motivada para que o concelho possa oferecer mais e melhores condições de vida para todos munícipes.

O candidato à Câmara, entretanto, refere que irá trabalhar para conquistar a autarquia para o PS, “porque Pinhel é um concelho que merece mais”. **M.R.**

Ana Gomes avança por Sintra

A COMISSÃO Política Concelhia de Sintra escolheu Ana Gomes como candidata à presidência da Câmara Municipal local nas próximas eleições autárquicas.

Para os socialistas, esta candidatura representa uma “mais-valia política de grande dimensão” e proporcionará uma vitória ao PS nas eleições para a câmara, uma vez que a camarada Ana Gomes conta com mérito político e profissional reconhecido não só no plano nacional, mas também internacional.

Segundo destacou, em comunicado, o presidente da Concelhia socialista, Rui Pereira, “Sintra é um concelho de extrema impor-



tância e uma prioridade política para o Partido Socialista, dada a sua dimensão histórica, social e económica”.

Nos últimos dois mandatos, este município “tem sofrido as duras consequências de uma governação medíocre onde im-

pera a inércia, incapaz de tomar decisões fundamentais para o desenvolvimento local, prejudicando, fortemente, a população do concelho e a sua qualidade de vida”, denuncia o dirigente socialista, para quem “o PS tem a obrigação de tudo fazer para mudar, urgentemente, esta situação nas próximas eleições autárquicas”.

Ana Gomes, 55 anos, é licenciada em Direito, tendo uma bem-sucedida carreira diplomática no seu currículo profissional e tendo sido secretária nacional do PS durante a liderança de Ferro Rodrigues.

Actualmente é deputada pelo PS português no Parlamento Europeu. **M.R.**

José Acácio Barbosa quer mais coesão social em Alcobaça

O AVOGADO José Acácio Barbosa é o candidato do PS à autarquia de Alcobaça, anunciou o presidente da Comissão Política Concelhia, camarada Rui Alexandre.

Durante a apresentação do candidato socialista ao município, Rui Alexandre deixou claro que o objectivo da candidatura do PS aos órgãos municipais “é ganhar as eleições”.

“É essa a nossa meta nas eleições do concelho: ganhar a Câmara, a Assembleia e o maior número de freguesias”, sublinhou o presiden-



te da Concelhia de Alcobaça.

Já o candidato José Acácio Barbosa, de 45 anos, reafirmou o mesmo propósito, acrescentando que o programa a submeter a su-

frágio “vai ser participado”.

“Não será um programa imposto, mas participativo, dialogado, onde as pessoas se revejam”, declarou, adiantando que, “face à conjuntura actual, o programa vai dar uma particular atenção à vertente social”.

“Espero vencer as eleições para tornar o concelho de Alcobaça coeso, desenvolvido, aberto à população, com rigor no gasto do dinheiro dos contribuintes e uma exigência de responsabilidade a quem gasta esse dinheiro”, disse o candidato socialista. **M.R.**

Pedro Nuno Santos à conquista de S. João da Madeira

O DEPUTADO socialista Pedro Nuno Santos foi escolhido como candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de S. João da Madeira nas autárquicas deste ano.

Pedro Nuno Santos tem 32 anos, é licenciado em Economia e exerce, no plano partidário, a presidência da Comissão Política Concelhia do PS de S. João da Madeira, tendo sido líder da Juventude Socialista entre 2004 e 2008.



No Parlamento, Pedro Nuno Santos é vice-presidente da bancada socialista e membro da Comissão Permanente da Assembleia da República.

Já no âmbito do exercício do poder local, o candidato do PS a S. João da Madeira foi eleito, em 2001, para a Assembleia Municipal local e, antes disso, tinha sido presidente da Assembleia de Freguesia. **M.R.**

ALCIDES BRANCO PROMOVE ACORDO PARA CORTIÇA

FOI o candidato do PS à Câmara de Santa Maria da Feira Alcides Branco quem diligenciou junto do Governo no sentido de se pôr em marcha a solução que vai proteger o emprego e ajudar os empresários da cortiça a saírem das dificuldades em que se encontram actualmente.

Este esclarecimento quanto a “quem foi quem” na questão do acordo entre o Executivo e a Associação Portuguesa da Cortiça foi tornado público num comunicado da Comissão Política Concelhia do PS de Santa Maria da Feira, datado de 2 de Abril, no qual os socialistas criticam a inacção do presidente autarquia feirense.

“Alcides Branco fez em poucos meses o que o senhor

presidente da câmara não foi capaz de fazer em muitos anos de exercício”, denuncia o PS local, frisando que “os feirenses vão ter de optar entre quem ajudou a solucionar o problema do sector da cortiça, nomeadamente, quem teve preocupação com a manutenção dos postos de trabalho e das empresas existentes, e a absoluta incapacidade para encontrar alguma solução”.

Para os socialistas de Santa Maria da Feira, o “desespero do PSD” fica bem patente por um número elevado de comunicados a este propósito que revelam, em última instância, “um nervosismo próprio de quem se sente inseguro” e traduzem “uma apropriação ilegítima e despudorada de uma solução para a qual pouco ou nada contribuiu”. **M.R.**

OPINIÃO



RUI LOURENÇO
Membro da Comissão Política do PS/Algarve
Presidente do CD da ARS Algarve

A saúde e os serviços de saúde assumem um papel primordial para o desenvolvimento e qualificação das pessoas e da região

ALGARVE, UMA REGIÃO SAUDÁVEL

O ALGARVE teve um forte crescimento demográfico nos últimos 15 anos, resultante de um forte movimento migratório interno e externo, e do crescimento do número de nascimentos, que passaram de 3600 em 1996 para perto de 4900 em 2007.

No momento actual, conta com cerca de 500 mil habitantes e mais de 350 mil eleitores. Caracterizando-se por uma elevada presença de estrangeiros legalizados, cerca de 50 mil, entre trabalhadores vindos do Brasil, da Ucrânia, da Moldávia, da Roménia, dos PALOP e cidadãos aposentados oriundos do Reino Unido, Alemanha e Holanda.

O turismo e os serviços são as actividades estruturantes da economia algarvia, sendo responsáveis pelo crescimento da produção de riqueza por habitante (14,9 mil euros) e da produtividade (25,6 mil euros *per capita*), fazendo com que a região seja a segunda do país em PIB. No entanto, apresenta ainda uma baixa capacidade de retenção de rendimento e um número elevado de famílias com valores de rendimento inferior ao limiar de pobreza.

Nestas circunstâncias a saúde e os serviços de saúde assumem um papel primordial para o desenvolvimento e qualificação das pessoas e da região.

O progresso verificado nos últimos 35 anos foi extraordinário, a esperança de vida à nascença, passou de 68 anos em 1974, para os 78 anos em 2006 e a taxa de mortalidade infantil no 1.º ano de vida, diminuiu de 31/1000 em 1974 para 3,9/1000 em 2006.

No Algarve os serviços públicos de saúde dispõem da maioria dos profissionais e da maioria dos equipamentos, dos 1164 médicos registados, 774 trabalham no SNS. O Algarve apresenta 2,8 médicos por 1000 habitantes, contra 3,5% para Portugal e 3,9 enfermeiros por 1000 habitantes contra 4,5% em Portugal.

Os serviços públicos de saúde dispõem de dois Hospitais com 776 camas, o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE (Portimão/Lagos, 285 camas) e o Hospital de Faro, EPE (491camas), de uma rede de 16 Centros de Saúde organizados em três Agrupamentos, de seis Unidades de Saúde Familiar, de um Centro de Medicina de Reabilitação em São Brás de Alportel (54 camas), e de uma Rede de Cuidados Continuados com 246 camas de internamento e 18 equipas de cuidados domiciliários.

No ano de 2009, o Algarve verá nascer o curso de medicina, criado na Universidade do Algarve, que se juntará a licenciaturas, pós-graduações e centros de investigação, que abrangem as ciências biomédicas, as ciências farmacêuticas, as tecnologias da saúde, a enfermagem, a psicologia e a educação social, criando condições para que a região se afirme, na área da Inovação e do Desenvolvimento, em particular na área das ciências biomédicas e das ciências da saúde, tornando-se numa força motriz do desenvolvimento económico e social da região, a par do turismo e dos serviços.

No que se refere à Rede de Urgência, o Algarve dispõe de quatro Serviços de Urgência Básicos, em Lagos, Albufeira, Loulé e Vila Real de Santo António, um Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico em Portimão e um Ser-

viço de Urgência Polivalente em Faro. Esta rede articula-se com o Centro Orientação de Doentes Urgentes/INEM Algarve, dispondo de três Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação, em Portimão, Albufeira e Faro e quatro ambulâncias de Suporte Imediato de Vida, em Lagos, Quarteira, Tavira e Castro Marim, dispõe ainda das Vias Verdes do AVC e enfarte, sendo a Via Verde do Enfarte considerada como uma boa prática internacional, tendo contribuído para reduzir a mortalidade por Enfarte de 10% para 6% no espaço de um ano.

Ao longo dos últimos anos o Algarve concretizou outros objectivos de saúde: iniciou o rastreio do cólon e recto em 2003; o rastreio do cancro da mama em Setembro de 2005 e o rastreio da retinopatia diabética em 2000.

Na área da saúde da mulher e da criança tem sido dada especial atenção ao aleitamento materno, em Outubro de 2008 o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio foi reconhecido como Hospital Amigo dos Bebés, pela UNICEF/OMS.

No campo da promoção da saúde, o Algarve tem aprofundando o trabalho de cooperação entre a saúde e a educação participando activamente na Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde, tem ajudado a desenvolver o projecto dos Municípios Saudáveis, fazendo com que o Município de Portimão aderisse à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (2007), e recentemente a região aderiu à rede europeia, ENRICH – European Network of Regions Improving Citizen's Health.

Nos próximos meses, a reforma do sistema de saúde vai continuar a concentrar-se na reforma dos Centros de Saúde através da criação de mais Unidades de Saúde Familiar, no crescimento e alargamento da rede de cuidados continuados, mais três equipas de cuidados domiciliários e mais camas de internamento, 440 no final de 2009; na modernização e qualificação dos hospitais combatendo as listas de espera cirúrgicas e promovendo a cirurgia do ambulatório.

No ano de 2009, o Algarve verá nascer o curso de medicina, criado na Universidade do Algarve, que se juntará a licenciaturas, pós-graduações e centros de investigação, que abrangem as ciências biomédicas, as ciências farmacêuticas, as tecnologias da saúde, a enfermagem, a psicologia e a educação social, criando condições para que a região se afirme, na área da Inovação e do Desenvolvimento, em particular na área das ciências biomédicas e das ciências da saúde, tornando-se numa força motriz do desenvolvimento económico e social da região, a par do turismo e dos serviços.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Presidente do PS/Algarve

É preciso investir. Mas investir de forma integrada. Impõe-se um novo modelo de investimento, como, aliás, se está já a fazer, com o conceito "Polis Ambiental"

POR UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS

A GESTÃO sustentável das áreas protegidas é um imperativo nacional. A implementação de modelos de gestão sustentável passa pela avaliação dos valores naturais, da capacidade de uso dos recursos e das actividades humanas que se desenvolvem.

A primeira questão é, desde logo, a definição de capital natural e a avaliação dos valores ambientais existentes. Essa definição não deve ser circunstancial, mas objecto de um processo de monitorização permanente. Deve assentar em contratos com instituições científicas e em processos de diálogo social com os agentes locais.

Depois, é preciso saber se as políticas públicas devem privilegiar o "não uso", ou devem favorecer a "conservação com uso". A experiência mostra que o "não uso" leva ao abandono, à falta de monitorização, à degradação paisagística. A "conservação com uso", como a entendemos, estimula o ordenamento, a avaliação científica, mas também, actividades económicas com alto valor acrescentado e sustentáveis. Nas áreas protegidas as actividades primárias são muito importantes. Qual o papel da agricultura e da floresta, que sistemas agrários privilegiar, que programas agro-ambientais para as áreas protegidas? Mais produção ou mais serviços ambientais nos territórios rurais? A pesca profissional e lúdica são actividades essenciais nas áreas costeiras. Como garantir o acesso a este bem sem colocar em causa o futuro? Há estudos concretos



sobre o assunto, na perspectiva da preservação das espécies e da manutenção da actividade económica e de lazer? E o turismo? Que ecoturismo queremos? Do caravanismo selvagem, sem regras e sem locais próprios? Ou de empreendimentos de alta qualidade, a par de parques, pousadas e campos de férias, nomeadamente, para jovens? É preciso um turismo de natureza devidamente organizado.

A outra questão é saber se as áreas protegidas devem ser espaços de contenção ou de promoção de investimentos. O ordenamento obriga a planeamento, a gestão e a investimento. Obriga a uma diferenciação positiva para que famílias e empresas se instalem. Obriga a "investimento correctivo" e a "investimento prospectivo". Obriga a políticas públicas orientadas à conservação e políticas orientadas para o desenvolvimento. É preciso investir. Mas investir de forma integrada. Impõe-se um novo modelo de investimento, como, aliás, se está já a fazer, com o conceito "Polis Ambiental". Parece ser um bom princípio. Para a definição de prioridades. Mas também para um novo modelo de acção da administração. Uma administração de missão, com objectivos e necessidade de resultados.

Por fim, é preciso saber se as áreas protegidas devem ser espaços de tensão ou de cooperação. As políticas de conservação devem ser descentralizadas e recentradas nos territórios concretos. Devem ser espaços de cooperação entre os diferentes níveis de administração e de diálogo e promoção da auto-estima das pessoas, sem a qual não há imagem de marca. É preciso mobilizar e formar os protagonistas, com objectivos claros, envolvendo-os nas decisões de forma aberta, sem receios e sem complexos.

Portugal precisa de melhorar os seus modelos de conservação da natureza.

Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores

FOI no dia 15 de Março de 1962 que perante o Senado, John F. Kennedy proferiu o discurso fundador da política de defesa do consumidor ao classificar os direitos dos consumidores como direitos de interesse nacional, ao identificar os direitos fundamentais e ao reconhecer a condição de consumidores a todos os cidadãos. É hoje um lugar comum a frase simples com que iniciou aquele discurso e com que resumiu de forma brilhante o potencial desta política: "Somos todos consumidores".

Desde que tomou posse em 2005, o Governo de José Sócrates tem assinalado esta data realizando um conjunto de acções, de natureza legislativa e não legislativa, que procuram mobilizar os consumidores, os políticos, os meios de comunicação social e a sociedade em geral sensibilizando-nos para a necessidade de sermos consumidores responsáveis e informados numa sociedade democrática e aberta ao mercado.

Este ano, como nos anteriores, o Governo do Partido Socialista aprovou um pacote de medidas legislativas que visam reforçar os direitos dos consumidores e tornar mais transparente e equilibrada a relação entre os consumidores e os fornecedores de bens e prestadores de serviços.

Este "pacote Consumidores" é constituído pela criação de novas regras no regime dos PPR's (limitam-se e uniformizam-se as designações das diferentes comissões e isenta-se do pagamento de comissões as transferências internas ou externas dos planos de poupança que não dêem garantias de capital e respectiva rendibilidade); pela consagração de novas regras no crédito ao consumo (limitação das comissões a pagar em caso de reembolso antecipado do crédito; dever de avaliar a solvabilidade do consumidor com recurso obrigatório à Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal; inserção do conceito de usura no sistema financeiro); pelo estabelecimento de regras no funcionamento dos call centers (onde se proíbe que o consumidor, após o atendimento da chamada, espere em linha mais de 60 segundos; a proibição de incomodar o consumidor após as 22 horas e antes das 9 da manhã; a proibição de emissão de publicidade durante o período de espera); pelo reforço das regras de segurança nos parques infantis, abrangendo novos equipamentos, como os insufláveis, os skates e os trampolins. Por último, e uma vez mais este Governo deu um passo em frente na valorização do livro de reclamações enquanto instrumento de queixa dos consumidores, ao criar uma rede telemática de informação comum (RTIC), onde as entidades reguladoras registam e tratam as reclamações recebidas através daquele livro. Esta rede permite recolher com maior celeridade a informação estatística decorrente do livro de reclamações e, acima de tudo tem o mérito de fazer com que reclamantes e reclamados acedam à reclamação de que são parte, para conhecerem do seu estado.

Mas não foi só através de medidas legislativas que o Governo do Partido Socialista voltou a assinalar este dia. Sendo a defesa do consumidor mais forte no litoral do que no interior, mais forte no meio urbano do que no meio rural, o Governo quis levar a política de defesa do consumidor para o interior do país começando o dia 15 de Março em Castelo Branco onde o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, inaugurou o pólo logístico da ASAE e as instalações do centro de documentação

onde será colocado o acervo histórico e museológico daquela Autoridade. Nestas instalações funcionará, ainda, o Call Center nacional da ASAE.

Em Castelo Branco, Fernando Serrasqueiro deu início a uma campanha de sensibilização e de informação ao consumidor sob o lema "Seja um consumidor informado". No âmbito desta campanha, vai ser colocado à disposição de todos os cidadãos um Gabinete Móvel de Informação ao Consumidor. Trata-se de um camião que percorrerá todo o país até ao dia 1 de Abril e que está preparado para responder às questões dos consumidores, distribuindo, ainda, informação. A campanha tem, também, um spot nas televisões que descreve, com humor, algumas situações menos agradáveis por que passa o consumidor.

Porque importa promover o interior, aquele governante inaugurou o Centro de Informação Autárquica ao Consumidor do Município de Baião. Este Centro é um gabinete de atendimento, uma espécie de "front-office" para os consumidores que venham a ter queixas sobre o modo como os serviços são prestados e os bens lhes são vendidos ou que precisem de informações sobre como comprar, ou como resolver um problema de defeito num bem, ou como accionar uma garantia, ou que precisem de saber quando é que os fornecedores podem "cortar" a água, a luz, o gás, o telefone. Não se julgue, como referiu no seu discurso o secretário de



Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, que se trata de fomentar os litígios mas sim de os resolver de uma forma amistosa, informal e amigável, sem recurso aos tribunais. Trata-se, antes de mais, de informar e educar os consumidores sobre os seus direitos tornando-os, deste modo, cidadãos mais responsáveis e autónomos face às decisões que tomam. E foi de Baião, no interior de Portugal, concelho de Eça de Queirós, onde nos séculos XII/XIII se exportava vinho para a Flandres e onde hoje se prova um óptimo "Palhete" que Fernando Serrasqueiro fez um apelo aos autarcas para a necessidade de criação de novos centros de informação autárquica ao consumidor e para a necessidade democrática de desenvolver junto dos cidadãos esta política de proximidade.

A Baião seguiu-se a inauguração dos Centros de Informação Autárquica ao Consumidor de Resende e da Guarda. Em todos os concelhos, a intervenção daquele Secretário de Estado e dos autarcas centrou-se na necessidade de sensibilizar os cidadãos para os seus direitos enquanto consumidores; na urgência de tornar a política de defesa do consumidor um vector de mudança do interior, na necessidade de construção de uma sociedade democrática realizada pelos cidadãos que a compõem e na urgência de realização de um sistema económico com a participação dos consumidores.

Alcides Branco, candidato à Câmara de Santa Maria da Feira

“Com o PS o emprego é uma realidade no sector da cortiça”

A criação de pelo menos duas zonas industriais de grandes dimensões é um dos objectivos do cabeça-de-lista do PS à Câmara de Santa Maria da Feira, Alcides Branco, porque, explica, o concelho “necessita de captar investimento para gerar emprego”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Alcides Branco adianta que a sua primeira prioridade, caso seja eleito, vai ser “lutar todos os dias para a erradicação da pobreza” e faz um balanço “muito negativo” da gestão de três décadas do PSD à frente da autarquia, em que Santa Maria da Feira tem vindo “a perder competitividade e liderança”.

Como encara o desafio de conquistar a Câmara para o PS?

Acima de tudo, espero ser digno da confiança depositada pelos socialistas e conseguir, pela primeira vez em 33 anos de poder local, conquistar a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para o PS. O desafio é aliciante e por isso trabalho todos os dias tendo como objectivo ser eleito presidente da autarquia.

Em que ideias-força vai assentar o programa do PS para Santa Maria da Feira?

Dinamizar o mercado de trabalho local, atrair iniciativas externas, consolidar e requalificar o espaço industrial, salvaguardar o sector da cortiça e os postos de trabalho que dele dependem, melhorar as condições habitacionais, aproveitar e melhorar as acessibilidades, prestar serviços qualificados aos feirenses e às populações vizinhas, criar um plano fiscal local mais atractivo para as pessoas e empresas, promover a igualdade de oportunidades e desenvolver um programa de saúde oral para os mais jovens e idosos.

Como pensa envolver, nomeadamente ao nível de contributos e ideias, os militantes, simpatizantes, independentes e forças vivas da região no programa com que se vai apresentar nas autárquicas deste ano?

O PS/Feira tem um Gabinete de Estudos que está a preparar uma série de planos e projectos para o concelho, mas conto com todos que possam servir o concelho de Santa Maria da Feira e simultaneamente enriquecer o futuro programa autárquico que iremos apresentar aos eleitores feirenses.

Qual vai ser a sua primeira prioridade de acção, caso seja eleito presidente da Câmara?

Lutar todos os dias para a erradicação da pobreza e para isso ajudar os mais desfavorecidos a terem as mesmas oportunidades.

Que projecto tem para promover as enormes potencialidades do concelho, nomeadamente

visando a criação de emprego?

Criar pelo menos duas zonas industriais, com todas as condições e serem vendidas a preço simbólico. Pretendemos diversificar a economia local, sermos mais competitivos na captação de investimento e criarmos emprego, uma vez que passamos em oito anos de pleno emprego para uma taxa de desemprego que se aproxima dos 10%.

Teve um grande empenhamento no programa governamental de apoio ao sector da cortiça que foi recentemente apresentado. Que impacto espera deste pacote de medidas para a região e para o concelho?

Tive o maior prazer em ter sido mediador entre o Governo e os empresários da cortiça. Antes do início do ano fui abordado por alguns empresários da cortiça com o intuito de promover uma reunião com o secretário de Estado da Indústria e assim fiz. Sei que foram promovidas diversas reuniões antes da entrada em cena da Apcor Associação Portuguesa da Cortiça. Empenhei-me para que o Governo do PS conseguisse ajudar os corticeiros do meu concelho, para que os 10 mil trabalhadores deste sector continuassem com o seu emprego. Ao contrário de outros não me colei à última hora ao plano do Governo. Apenas ajudei o Governo do meu país e os empresários do meu concelho a chegarem a um entendimento quanto às medidas de apoio excepcionais que esta indústria necessitaria.

Que balanço faz da gestão do PSD à frente da autarquia?

Um balanço muito negativo. O concelho de Santa Maria da Feira tem vindo a perder competitividade e liderança. Temos tido um pequeno presidente para um grandioso concelho. Não há uma obra visível que marque o actual mandato. Alfredo Henriques perdeu em toda a linha em relação à não vinda da Exponor e à futura saída do Centro de Congressos do Europarque. O actual presidente não consegue captar investimentos públicos e pri-



vados por falta de acção e estratégia. Os cidadãos sentem-se lesados pela cobrança das taxas municipais no máximo permitido por lei e pela completa privatização da água do município, que para além cobrarem das tarifas mais altas do país, não geram qualquer tipo de receita para o município, único na Área Metropolitana do Porto.

Em que aspectos uma gestão socialista pode marcar a diferença?

Em primeiro, pelo rigor financeiro. Não é possível a Câmara da Feira ter uma dívida a fornecedores na ordem dos 30 milhões de euros, que correspondem a cerca de 50% da receita total do município, pagar com mais de um ano de atraso e não ter os investimentos mais adequados para o município. Não é possível continuar assim!

Em segundo, pela criação de políticas que vá ao encontro da igualdade de oportunidades e que ajude realmente os mais desfavorecidos.

Em terceiro, pela capacidade de criar uma nova forma de estar na política, fazendo-a para e com os cidadãos. O actual presidente de câmara rejeitou uma proposta do PS, visando envolver os cidadãos no orçamento. Não tenho dúvidas que com a criação do orçamento participativo o eleito estará mais próximo do eleitor.

Em quarto, no relacionamento com as associações, não discriminando nenhuma e pondo-as todas no mesmo patamar. Comigo os subsídios serão entregues no ano correspondente.

Em quinto, uma política fiscal que não prejudique os cidadãos e as empresas. Não defendemos o máximo nas taxas municipais. Queremos que o município seja equilibrado e atractivo.

Em sexto, cumprir as promessas feitas. O PPD/PSD andou mais de 30 anos a prometer o saneamento básico e perdeu três quadros comunitários para o fazer. Necessitou de onerar os cidadãos, privatizando os serviços da água e saneamento para começar a investir nas infra-estruturas básicas, sendo certo que neste momento mais de 50% dos feirenses ainda não têm acesso ao saneamento, apesar do esforço financeiro do concessionário.

O que podem esperar os municípios de Alcides Branco na presidência da Câmara?

Vou-me entregar ao município de corpo inteiro para recuperar os anos perdidos. Serei um presidente para os quatro anos.

Na sua opinião, quais os principais problemas do concelho?

O concelho necessita de captar investimento para gerar emprego. É uma prioridade fundamental! Não podemos continuar a ter um território onde as fábricas se confundem com as residências. Pretendo construir dois pólos de grandes dimensões com as condições necessárias para as empresas e para as pessoas que lá trabalham. Pretendo com esta estratégia atrair novas empresas e contribuir para a manutenção das existentes. É urgente diversificar o tecido em-

presarial do concelho. Reabilitar os centros urbanos, criar um plano rodoviário que melhore o trânsito e as vias de comunicação para servir as empresas e as pessoas que circulem no nosso concelho.

Um turismo muito incipiente. Parece-me essencial e fundamental desenvolver esta importante área da economia nacional, não só para gerarmos emprego, mas para sermos mais competitivos. Não é possível um concelho com tanta indústria e inúmeros negócios e não termos unidades hoteleiras em quantidade e qualidade para albergar os nossos visitantes ou lugares que possam promover o lazer. Por exemplo, as Termas das Caldas de São Jorge ainda não serem uma Instância Termal.

A privatização dos serviços públicos é outro dos problemas. Este concelho é o único na Área Metropolitana do Porto que não arrecada um cêntimo com o ambiente. O saneamento e a água estão nas mãos de um privado e a Câmara apenas toma conhecimento dos aumentos do tarifário. A recolha dos lixos é integralmente pago pela autarquia, sem que os utentes contribuam para uma melhoria deste serviço, que é também prestado por um privado. Comigo o concelho não terá um aterro sanitário.

Finalmente, as contas públicas em completa desordem. Não podemos ter 30 milhões de euros de dívida a fornecedores e mais de 45 milhões de euros em dívida de médio e longo prazo, quando temos 60 milhões de euros de receitas total/ano e uma série de infra-estruturas por fazer.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

OXIGÉNIO

NUMA recente audição parlamentar em que participei um deputado do maior partido da oposição considerou a actual crise um oxigénio para a esquerda! Compreendo o sentido da afirmação e o sinal de orfandade ideológica que ele revela, agora que a ilusão do pensamento único e do neoliberalismo triunfante se desvaneceu. Mas tenho uma visão mais abrangente. A actual crise é um desafio para a esquerda e um oxigénio para a política.

O que a crise financeira e económica revela é que a erosão da ética e dos valores, além dum custo social e de cidadania, também teve e tem um preço económico forte. Um preço que o mundo está neste momento a pagar, nalguns casos com maior equidade do que noutros.

A forma como os diversos países e territórios vão enfrentar a crise e os níveis de equidade incorporados nas soluções decorrerão em primeiro lugar

O regresso da ética e dos valores ao centro do debate político sobre o futuro é uma boa notícia para o PS e para os partidos do socialismo democrático

da matriz de valores que prevalecer. Deste ponto de vista, quer as linhas de intervenção da Administração Obama quer as respostas integradas e socialmente equitativas do Governo português ilustram bem uma postura progressista face à crise. Um aproveitar do oxigénio da crise para transformar a sociedade e estabelecer os alicerces dum mundo melhor.

Esta diferença de abordagem e a demonstração do sentido ético e dos valores subjacentes às propostas políticas que vão estar em confronto no ano eleitoral que vamos atravessar, poderão fazer a diferença entre vitórias pífiás e circunstanciais e a emergência do novo impulso que a gestão política pode dar ao país e aos seus diferentes territórios.

O regresso da ética e dos valores ao centro do debate político sobre o futuro é uma boa notícia para o PS e para os partidos do socialismo democrático. Uma boa notícia que temos que ser capazes de transformar em propostas e programas ganhadores nos múltiplos pleitos eleitorais que se avizinhm.

Vital Moreira em pré-campanha

Europeias de 2009 são as mais importantes de sempre

A ideia de que as eleições europeias de Junho são as mais importantes de sempre face à crise financeira e económica internacional e que não podem ser instrumentalizadas pela oposição para atacar o Governo tem sido a tónica dominante nas sessões públicas de apresentação do cabeça-de-lista do PS às europeias, Vital Moreira, realizadas em vários pontos do país.

NA SESSÃO pública realizada no passado domingo, no Porto, na qual falou ao lado de Vital Moreira, o antigo Presidente da República Mário Soares disse que “as eleições europeias são sempre importantes, mas estas sê-lo-ão ainda mais porque estamos a atravessar uma grande crise”, realçando, uma vez mais, a importância de Portugal ser membro da União Europeia. “Se Portugal não estivesse no euro, onde estaria agora o escudo? Seria um desastre para Portugal e para os portugueses”.

Vital Moreira afirmou que as próximas europeias “não são primárias de coisa nenhuma, nem uma grande sondagem preparatória das legislativas de Outubro”. Delas, afirmou Soares, “depende o futuro de Portugal”.

O candidato socialista voltou a considerá-las “as mais importantes até agora realizadas”, porque, frisou, perante a crise global, “nunca nós precisámos tanto desta União Europeia”.

O antigo Presidente da República qualificou Vital Moreira como sendo “uma personalidade chave para essa mudança de uma Europa cada vez mais socialista, socialista a sério, rejeitando o neoliberalismo”, já que, disse, o constitucionista de Coimbra “é um europeísta convicto e uma pessoa de competência extraordinária como jurista, que conhece a questão europeia muito bem porque a tem estudado com muita profundidade”.

Sócrates acusa PSD de estar sem programa

“Há quem esteja sem programa” desde que faliu a ideia de que o liberalismo selvagem era a resposta para os problemas, enquanto o PS continua fiel ao seu projecto de “modernização do país” e de “mais justiça social”, disse José Sócrates, afirmando estar convicto de que nunca ouvirá Vital Moreira queixar-se de não ser escutado.

Falando no dia 29, em Viseu, numa sessão pública de apresentação de Vital Moreira enquanto cabeça-de-lista do PS às eleições europeias de Junho, José Sócrates afirmou, numa alusão ao PSD, que “há quem esteja sem programa desde que faliu o pensamento único que achava que qualquer intervenção do Estado era nociva e



que, portanto, o liberalismo selvagem entregue ao interesse egoísta de todos os agentes económicos era a resposta para os problemas do mundo”.

Já o PS, adiantou, tem “um programa de modernização do país, com os olhos postos no futuro, de mais justiça social, que faça de Portugal o país europeu que nós sempre ambicionámos”.

Os socialistas, frisou, são “daqueles que não têm problemas ideológicos neste enfrentar da crise com a utilização do Estado”. É que, explicou, “queremos naturalmente uma economia de mercado, mas onde há uma intervenção do Estado para a regular e a orientar”.

E lembrou, a propósito, que, ao contrário do PSD, o programa do PS “nunca previu nem a privatização da Segurança Social, nem a privatização da CGD, nem que a classe média em Portugal devesse pagar as suas prestações de saúde”.

Sócrates apresentou Vital Moreira como um candidato com uma qualidade “rara”, que é a de ser escutado pelos apoiantes e pelos adversários. “Nunca será possível ouvir o candidato do PS ao Parlamento Europeu a dizer que não é escutado por ninguém. Essa queixa ele não apresentará”.

Por sua vez, Vital Moreira disse que “existe uma direita conservadora que em Portugal entrou numa deriva

neoliberal e neoconservadora e que hoje está descalça e sem programa”, sublinhando que o PS é a esquerda do Governo, “responsável não dogmática e aberta”, mas que há outra esquerda que tem como imagem de marca ser “de protesto, dogmática e de propostas irresponsáveis”.

O cabeça-de-lista do PS considerou ainda que as eleições europeias não podem ser instrumentalizadas e aproveitadas para criticar o Governo. “Não que temamos o veredicto popular em relação ao desempenho do Executivo de José Sócrates, mas porque este ano também é de eleições legislativas”.

Europa nunca precisou de ser tão forte

Já na Guarda, no dia 28, onde participou em outra sessão pública para apresentar a sua candidatura aos militantes socialistas do distrito, Vital Moreira reiterou que as eleições europeias agendadas para Junho “são, porventura, as mais importantes, desde sempre, desde que Portugal entrou na União Europeia (UE) em 1986”, face ao actual contexto de grave crise económica e financeira que assola a Europa e o mundo.

Segundo o candidato socialista, as eleições são “importantes”, por um lado, “por causa da crise” e, por outro, “por causa dos novos poderes e das

novas competências que o Tratado de Lisboa dá ao Parlamento Europeu”.

Por outro lado, Vital Moreira fez questão de frisar que se Portugal não tivesse aderido à então CEE pela mão de Mário Soares, “porventura esta crise” já tinha atingido o país “de forma mortífera. Se estamos imunes perante essa catástrofe, devemos à UE”.

“Nós não vamos instrumentalizar as eleições europeias como uma volta das eleições nacionais, porque quem leva a sério a União Europeia tem de levar a sério as eleições”, defendeu, após denunciar que os outros partidos “vão tentar instrumentalizar” o acto eleitoral agendado para Junho.

Segundo o constitucionista, “o julgamento do Governo” pode ser “guardado” para Outubro, para as eleições legislativas.

O número um do PS às europeias de Junho esteve acompanhado pelo deputado socialista João Soares, actual presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que considerou Vital Moreira “uma escolha acertada” dadas as circunstâncias que se vivem actualmente “no país e no quadro europeu”.

Eleições não são “a feijões”

Vital Moreira rejeitou no dia 2 de Abril que as eleições para o Parlamento Europeu sejam “a feijões” ou uma sondagem para as legislativas, reiterando que se trata do acto eleitoral mais importante de sempre para a Europa.

Falando perante alunos da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, o candidato socialista sublinhou que a actual crise económica e financeira “vai fazer sobressair a importância do PE”, designadamente no que concerne à regulação dos mercados, acrescentando que “estamos mais protegidos contra maiores catástrofes” ao estar entre os 27.

Relembrando que, actualmente, cerca de 70% das normas que regem os portugueses são originárias da União Europeia, Vital Moreira concluiu quem de alguma forma no dia 7 de Junho os portugueses vão estar a eleger “os legisladores dos próximos cinco anos”. J.C.C.B.

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Accção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>